



Universidade Federal
de Campina Grande



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO SEMIÁRIDO NORDESTINO**

ANA PAULA DE ABREU SILVA

**O PAPEL DAS MULHERES NA SOCIEDADE CAJAZEIRENSE
EM FINS DO SÉCULO XIX**

**Cajazeiras – PB,
2011**

ANA PAULA DE ABREU SILVA

**O PAPEL DAS MULHERES NA SOCIEDADE CAJAZEIRENSE
EM FINS DO SÉCULO XIX**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História do Semiárido Nordestino, da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, como requisito à obtenção do título de Especialista em História do Semiárido Nordestino.

Orientador: Prof. Ms. Isamar Gonçalves Lôbo.

Cajazeiras – PB

2011



Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

S586p SILVA, Ana Paula de Abreu
O papel das mulheres na sociedade Cajazeirense em fins do século XIX./Ana Paula de Abreu Silva. Cajazeiras, 2011.
70f. il.

Orientador: Isamarc Gonçalves Lôbo.
Monografia (Especialização) UFCG/CFP

1. Mulher e sociedade – século XIX – Cajazeiras-Paraíba. 2. Preconceito feminino. 3. Submissão das mulheres Cajazeirenses. 4. Papel das mulheres no século XIX – Cajazeiras – Paraíba. I.Lôbo, Isamarc Gonçalves. II. Título.

UFCG/BS CDU – 396"18"(813.3)

ANA PAULA DE ABREU SILVA

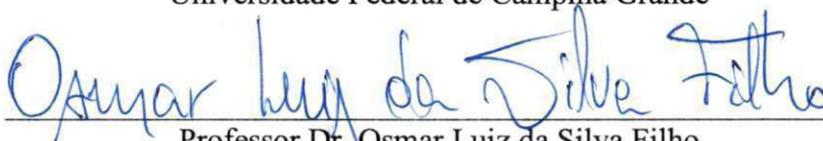
**O PAPEL DAS MULHERES NA SOCIEDADE CAJAZEIRENSE
EM FINS DO SÉCULO XIX**

Esta monografia foi julgada adequada à obtenção do título de Especialista em História do Semiárido Nordestino, aprovada em sua forma final pelo Curso de Especialização em História do Semiárido Nordestino da Universidade Federal de Campina Grande.

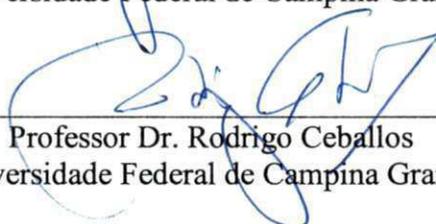
Cajazeiras, 19 de 09 de 2011.



Professor Ms. Isamarc Gonçalves Lôbo (orientador)
Universidade Federal de Campina Grande



Professor Dr. Osmar Luiz da Silva Filho
Universidade Federal de Campina Grande



Professor Dr. Rodrigo Ceballos
Universidade Federal de Campina Grande

Professora Ms. Rosemere Olimpio de Santana (suplente)
Universidade Federal de Campina Grande

Professora Ms. Viviane Gomes de Ceballos (suplente)
Universidade Federal de Campina Grande

Dedico este trabalho de forma especial aos meus pais,
Oscar Isidorio da Silva e Maria José de Abreu Silva (in memoriam) que na simplicidade de
suas vidas não mediram esforços para que eu chegasse até aqui e, tenho pura convicção que lá
de cima estão felizes por esse mérito por mim alcançado. O meu amor por vocês é imenso
como também a saudade. Obrigada meus queridos.

A meu namorado, Luiz Abrantes,
que acreditou em mim e ajudou-me nas horas que mais precisei incentivando-me e apoiando.

Foi Deus que o colocou na minha vida. Amo você.

A meus irmãos,
que sempre me apoiaram nas decisões ajudando-me direta/indiretamente sem medir esforços
sempre presentes em minha vida pessoal e profissional. Amo todos vocês.

AGRADECIMENTOS

A **DEUS** fonte de onde emana toda sabedoria e razão de todo nosso esforço e desempenho acadêmico dando-me forças para superar as dificuldades encontradas no decorrer do curso.

Ao meu querido professor e orientador mestre Isamarc Gonçalves Lôbo. Com sua experiência e sabedoria ajudou-me a construir o meu estudo, a quem também agradeço por ter depositado em mim sua confiança, abrindo os caminhos para formação de novos conhecimentos. Agradeço também pela paciência e disponibilidade na orientação desta pesquisa. Isamarc só tenho a agradecer por tudo que fez por mim, foi através de suas “críticas”, seus “gritos” que consegui chegar onde cheguei. A você meu muito obrigado.

Ao professor e amigo Francisco das Chagas Amaro da Silva, hábil historiador, com sua sabedoria e boa vontade me ajudou de forma extraordinária fornecendo-me parte da bibliografia que compulsei. A ele o meu agradecimento.

A todos os meus professores desde as primeiras letras em especial aos da especialização, meu orientador Isamarc, Maria Lucinete Fortunato, Viviane Gomes de Ceballos, Rodrigo Ceballos, e ao prezado professor Osmar Luiz da Silva Filho, de quem fui aluna na graduação como também na pós-graduação, por ele tenho um carinho imenso. Obrigada professor. Agradeço também ao historiador José Antonio de Albuquerque que me forneceu livros para realização da pesquisa.

Aos funcionários da 2ª vara do Fórum Ferreira Junior de Cajazeiras, que me receberam de forma aprazível para realização de minha pesquisa. Meu muito obrigado a vocês.

Aos amigos e colegas em especial Jailson Coutinho, amigo que conheci durante o curso e que por motivos alheio a sua própria vontade nos deixou antes da conclusão, ajudou-me sem medir esforços nas dificuldades encontradas, como também trabalhamos em parceria. A você meu muito obrigado. A Leyla, Maíra, Cássia, Maria José, Benício, Viviane e Kylvia, que me auxiliaram a fotografar os documentos, ou me forneceram fontes para elaboração do projeto.

RESUMO

Este trabalho visa elucidar alguns dos maiores preconceitos sobre a fragilidade e a submissão da mulher em relação ao homem, vez que ela só consegue sua inserção na historiografia como objeto central na segunda metade do século XX com a terceira geração dos *annales*. Essa pesquisa foi desenvolvida por meio de estudo bibliográfico da história local/estadual e documental no Fórum Ferreira Junior de Cajazeiras Paraíba, que pretende apresentar as questões e/ou as desigualdades que envolveram a mulher.

Para isso, usaremos Cajazeiras como referência espacial e a segunda metade do século XIX como recorte temporal. Essa pesquisa é fruto de algumas inquietações nascidas nos cenários universitários e, especialmente na memória popular de uma pequena cidade do Alto Sertão Paraibano, onde a mulher-mãe, foi a principal articuladora na formação educacional de seus filhos e dos filhos de outras famílias e, assim, a cidade de Cajazeiras se projeta para todo o cenário paraibano.

Palavras-chave: mulheres, preconceitos, submissão, século XIX.

ABSTRACT

This work objects to elucidate some of the biggest misconceptions about the fragility and the submission of women compared to men, since it only achieves its inclusion in historiography as a central object the second half of the twentieth century with the third generation of *annals*. This research was developed through study of literature and state and local history documented in the Ferreira Junior Forum Cajazeiras Paraiba, that aims present questions/and or inequalities involving women.

For this we'll use as a reference Cajazeiras space and the second half of the nineteenth century as a time frame. This research is the result of some concerns born in university settings, and especially popular memory of a small town Paraiba where a women-mother was the main organizer in education attainment of their children of other families and so the city Cajazeiras of projects to the whole cenary of Paraiba.

Keywords: Women, prejudices, submission, nineteenth century.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I - AS CORRENTES HISTORIOGRÁFICAS.....	10
1.1. A questão mulher	10
1.2. A mulher na perspectiva da historiografia: da escola tradicional à geração dos <i>Annales</i> . 19	
1.3. A fundação do Colégio Pedro II.....	21
1.4. O IHGB	24
CAPÍTULO II - GÊNESE DO POVO BRASILEIRO	28
2.1. O descobrimento do Brasil.....	28
2.2. Imigrantes.....	31
2.3. Mulheres brancas.....	32
CAPÍTULO III - O BRASIL INDEPENDENTE	36
3.1. A Independência e o Primeiro Reinado.....	36
3.2. Política e economia antes e depois de D. João VI.....	36
3.3. A Revolução Liberal e o retorno de D. João VI.....	39
3.4. A Independência.....	40
3.5. O Primeiro Reinado e a abdicação de Pedro I.....	41
3.6. A mulher no Primeiro Reinado	42
CAPÍTULO IV - MULHERES NA REPÚBLICA	44
4.1. O papel da mulher em épocas republicanas	44
4.2. Luta das mulheres francesas para ingressarem na esfera pública	48
CAPÍTULO V -. CAJAZEIRAS	51
5.1. Fundação de Cajazeiras.....	51
5.2. Descrição da mulher na sociedade cajazeirense a partir de inventários.....	57
5.3. Participação das mulheres no município de Cajazeiras a partir da segunda metade do século XIX.....	59
CONCLUSÃO	67
REFERÊNCIAS	68

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios os homens passaram a estabelecer relações mais fortes com os grupos dos quais faziam parte. Nesses cenários as práticas agrícolas e sociais construíram laços demasiadamente fortes entre seus membros (os homens e suas respectivas mulheres). Essas relações foram marcadas por submissões e subordinações e a mulher foi inserida dentro de uma roupagem de complemento do perfil do homem.

A imagem da mulher era formada apenas a partir da visão masculinizadora. Com o passar dos tempos e com as diversas mudanças que o mundo foi vivenciando, a mulher passou a lutar com mais força rumo à defesa de seus mais profícuos ideais, suas virtudes passaram a ser admiradas além das atividades domésticas. Sua postura foi se adequando as mudanças temporais que o mundo aos poucos foi incorporando.

A mulher dominada sai de cena e a nova mulher aparece com um novo semblante, uma nova face, uma nova significância. A mulher profissional, a mulher independente, a mulher autônoma.

Entretanto, este caminho foi percorrido de forma lenta e gradual. De um perfil ao outro, muitos acontecimentos incrementaram o enredo de nossa historiografia. Hoje, em função disso, projetamos a necessidade de repensar a figura feminina, de analisar quais os caminhos utilizados por estas mulheres para chegarem ao patamar atual.

Nesse sentido, esta pesquisa tenta encontrar respostas sobre as mudanças ocorridas nos comportamentos da mulher ao longo do tempo. A mulher abdica do papel de ser somente chefe de família, para ser chefe de família e chefe de estado. Questionar a mulher é na verdade nos questionarmos, compreendê-la é nos compreendermos. Esse estudo é apenas uma pequena reflexão sobre algumas indagações que foram historicamente feitas. Nosso propósito é preencher algumas das pequenas lacunas e instigar outros estudiosos a fazerem o mesmo. Afinal, nossas semelhanças são apenas características de nossas diferenças, especialmente se estivermos usando as questões de gênero, como ponto de partida.

CAPÍTULO I

AS CORRENTES HISTORIOGRÁFICAS

1.1. A questão mulher

Uma questão que vem provocando debates nos últimos anos, primordialmente provocada pelo lançamento das coleções de vida privada, é como a historiografia mundial tem trabalhado ou trabalhou a mulher enquanto agente de desenvolvimento social. O nosso objetivo primeiro é refletir esta questão, tomando como parâmetro as “escolas históricas”. A história foi feita sempre a partir da elite. Os marginais (os trabalhadores, os soldados, os camponeses, os loucos e as mulheres) sempre ficaram à margem.

Exemplificando os marginais, ou melhor, os que fazem parte desse grupo, Jean-Claude Schmitt destaca o moleiro de Carlo Guinzburg, o mesmo dono de um saber técnico intenso, mas por não ser ligado à Igreja é considerado um marginal. Outros exemplos de marginais que sofrem essas humilhações, são os judeus que são excluídos da comunhão e os leprosos, acusados de contaminação. Nesse aspecto, os que vão contra a Igreja são tidos como marginais, os ciganos também entram nesse grupo.

Na ótica do autor supracitado, os marginais são justamente os que escapam de todas as estruturas de integração numerosas e complementares. Eles são a-sociais em relação à sociedade dominante. Ainda são considerados nômades “inúteis ao mundo”, gente sem senhor.

A historiografia até a segunda metade do século XVIII trabalhou em cima das elites, deixando a margem certos personagens, dentre eles às mulheres. Elas ficaram à margem durante muito tempo mesmo sabendo da grande parcela de contribuição que exerceram e exercem até hoje.

Na ótica de Jim Sharpe, em “História vista de baixo”, um exemplo bem notório dessa exclusão é observável na ausência de diários das memórias e dos manifestos políticos, que, são “fontes” dessas classes inferiores. Ele ainda conclui que esses documentos são escassos até o final do século XVIII, com exceção de alguns poucos períodos (como as décadas de 1640 e 1650 na Inglaterra).

Segundo Jim Sharpe, para Eric Hobsbawn a “história das pessoas comuns” só se tornou realmente aparente mais ou menos em torno de 1789.

A história das pessoas comuns como um campo especial de estudo, escreveu ele, “tem início com história dos movimentos de massa no século dezoito... Para o marxista, ou mais comumente o socialista, o interesse na história das pessoas comuns desenvolveu-se com o crescimento do movimento trabalhista.” Como ele prosseguiu para observar, essa tendência “impôs algumas luzes bastante eficazes para os historiadores socialistas. (SHARPE, 1992, p. 45)

É observável um nítido avanço na historiografia social que começa a se preocupar em analisar, não raro, com ajuda de métodos quantitativos, as diferenças comportamentais dessas pessoas inferiores. A segunda geração dos *Annales* utilizando os documentos “seriais” obriga a colocar o problema dos excluídos e dos mudos da história tradicional: já que aos historiadores segundo Jean-Claude Schmitt deve-se ainda mais, sem dúvida a evolução de sua própria sociedade. Por exemplo, no século XIX início do XX, alguns historiadores debruçaram-se sobre os vagabundos e criminosos do passado, no que podemos considerar como um grande avanço de alguns historiadores na compreensão da sociedade como um todo fugindo como já foi comentado de uma história atribuída puramente às elites.

De acordo com Jim Sharpe, o interesse da história social e econômica mais ampla nasceu no século XIX, mas o principal tema da história continuou sendo a revelação das opiniões políticas da elite. Ele ainda acrescenta, a “história vista de baixo” tem duas funções importantes: A primeira é servir como um corretivo à história da elite. A segunda é que ela abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história. (SHARPE, 1992, p. 53-54)

Segundo José Carlos Reis o positivismo surgiu na Alemanha no século XIX tendo Dilthey como precursor. Os positivistas acreditavam que mantendo relações interdependentes obteriam um conhecimento histórico objetivo. Essa corrente ganhou mais força com Augusto Comte ainda no século XIX, um filósofo que se baseava na crença da verdade histórica, sendo capaz de explicar os eventos históricos de uma forma racional e científica. “O século XIX é tão metafísico como Comte pode sê-lo: sob o discurso positivo, cientificista, há uma compreensão total da marcha da humanidade, uma metafísica, uma filosofia da história” (REIS, 2001, p. 15).

A crítica histórica, segundo Reis, utilizando o método erudito surgiu no início do século XIX. A mesma tinham sido criada pelos franceses nos séculos XVI e XVII. Os representantes mais notáveis dessa mudança na produção histórica alemã foram L.Von Ranke e B. Niebuhr.

Na ótica de José Carlos Reis, Ranke era um conservador nacionalista seu interesse era pelas questões dos Estados e defender as posições da nobreza alemã. Ou seja, para ele o interessante era estudar os acontecimentos históricos diretos ou indiretos ao Estado.

A Ordem e o Progresso eram almeçados por essa escola. Este ideal é visto na bandeira nacional.

Para José Carlos Reis, os positivistas utilizavam os mesmos princípios das ciências naturais para tornar a história uma ciência. Eles acreditavam que essa ciência deveria ter um caráter mais objetivo contrapondo-se a alguns historiadores que atribuíam a ela o conceito de arte. O historiador Fustel de Coulanges, por exemplo, discordava do conceito de arte atribuída à história, para ele, a história é uma “ciência pura”. Eles acreditavam que a história tinha que ser produzida, a partir de então, pela perspectiva do método científico que atribuía à análise do fato histórico a três importantes passos: a observação, a indução e a prova. Os quais ajudariam a comprovação do fato histórico. Os positivistas ainda afirmam que o papel do historiador era buscar e investigar, porém, deveria ser neutro não levantando hipóteses. Contudo, a escola positivista teve grande relevância para história, afinal foi ela que a tornou ciência.

Características dos positivistas segundo Reis:

O historiador não é juiz do passado, não deveria instruir os contemporâneos, mas apenas dar conta do que realmente se passou; não há nenhuma interdependência entre o historiador, sujeito do conhecimento, e o seu objeto, os eventos históricos passados; o historiador seria capaz de escapar a todo condicionamento social, cultural, religioso, filosófico etc. Em sua relação com o objeto, procurando a “neutralidade”; a história – *res gestae* – existe em si, objetivamente, e se oferece através dos documentos; a tarefa do historiador consiste em reunir um número significativo de fatos, que são “substâncias” dadas através dos documentos “purificados”, restituídos à sua autenticidade externa e interna; os fatos extraídos dos documentos rigorosamente criticados devem ser organizados em sua seqüência cronológica, na ordem de uma narrativa; toda reflexão teórica é nociva, pois introduz a especulação filosófica, elementos a priori subjetivistas; a história-ciência pode atingir a objetividade e conhecer a verdade histórica objetiva, se o historiador observar as recomendações anteriores. (REIS, 2001, p. 12-13)

Diante das características acima mencionadas percebe-se que os positivistas acreditavam que o historiador deveria narrar os acontecimentos de forma neutra, isto é, na separação entre o pesquisador/autor, ou seja, não questionar, porém, deveria ser exato, pois os fatos falam por si só. Para eles a história deveria examinar os fatos pelo método crítico através de exames: o externo – deveria criticar as fontes verificando se o documento era verídico, legítimo e no interno – seria a comprovação dessa verificação.

Outra particularidade dos positivistas de acordo com José Carlos Reis era a rejeição ao socialismo como também a crítica social como função verdadeira do historiador (Reis, 2001, p. 14).

De acordo com Maria Cristina Castilho Costa, para os cientistas que desenvolveram o positivismo o que diferencia a concepção da sociedade é que ela teria que ter uma harmonia entre os fatos históricos. Tendo Augusto Comte como seu principal precursor, trabalha que a coesão social e a harmonia dos indivíduos em sociedade seria um dos principais princípios que regularizaria o mundo físico e o mundo social.

No que tange a mulher, essa corrente não deu ênfase a esse gênero como afirma Rachel Soihet:

A história positivista a partir do século XIX, provoca um recuo nessa temática, em função de seu exclusivo interesse pela história política e pelo domínio público. Privilegiam-se as fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais as mulheres pouco aparecem. (SOIHET, 1997, p. 399)

Opondo-se ao positivismo, o marxismo idealizado por Karl Marx, trabalha a concepção do materialismo histórico como uma corrente revolucionária do pensamento social na década de 1848, tanto no campo teórico como no campo da ação política dando bases ao desenvolvimento do pensamento capitalista trabalhando os seus agudos conflitos e suas dimensões. Para Marx, o desenvolvimento histórico teria como base a história da luta de classes, a idéia da alienação do trabalhador onde as relações entre os homens são relações de oposição, antagonismo e exploração.

Para Marx, segundo Cristina Costa, o estudo do modo de produção é fundamental para saber como se organiza e funciona uma sociedade, onde o capitalismo transforma o trabalho em uma mercadoria. Ou seja, Para Marx, enquanto houver o capitalismo o mundo viverá nessa desigualdade social.

A Escola Marxista pretendeu recusar as filosofias da história e fundar a “história científica” que fosse ao mesmo tempo coerente, total e dinâmica, realizada através de uma base teórica sólida capaz de abranger todos os terrenos de análise útil e capaz de descobrir o princípio das mudanças, visto que não existe nenhuma realidade eterna. Segundo José Carlos Reis, Hobsbawm afirma que Marx teve grande participação na historiografia, pois as teorias anteriores priorizavam a harmonia, a unidade, a continuidade, entre as diversas esferas sociais (REIS, 2000, p. 4).

O marxismo é, portanto, uma síntese de todas as grandes filosofias da história de sua época: a negatividade hegeliana, a vontade geral revolucionária de Rousseau, o progresso racional iluminista, o evolucionismo darwinista. O sentido da história é a

emancipação dos homens pela ação de um sujeito coletivo - o proletariado - que implantaria o universo humano fazendo cessar a luta de classes. (REIS, 2001, p. 48)

Segundo José Carlos Reis, para Vilar, o marxismo não consiste em uma filosofia da história, muito menos positivista. Atribuir um sentido para a história seria o mesmo que pensar a história como algo racionalmente estruturada e pensável, fato que não implicaria necessariamente em uma filosofia da história. A teoria geral dos movimentos das sociedades humanas, criadas por Marx, seria um conjunto de hipóteses e possibilidades a serem sujeitadas a análise lógica, onde suas principais hipóteses sob a produtividade como uma condição necessária da transformação histórica; as classes sociais definidas por sua situação no processo produtivo e, por fim, o objetivo principal da história-ciência, que é a relação entre forças produtivas e relações de produção.

O marxismo tem por objeto as estruturas econômico-sociais, principal razão que gera a luta de classes e as iniciativas individuais e coletivas. Segundo Marx, os sujeitos só podem ser explicados por meio das relações sociais estabelecidas entre eles. Cada modo social de produção cria os indivíduos de que necessita.

Enquanto ciência da história, o marxismo apresenta três hipóteses principais: as contradições e os conflitos sociais; o conhecimento da sociedade por meio das atividades coletivas, onde os eventos históricos sociais se explicam pela estrutura que os sustenta e os condiciona por meio do método científico; a intervenção do homem como agente transformador da sociedade e, principalmente responsável pelo desenvolvimento histórico em um processo de luta interna.

Acerca das obras de Marx, é possível identificar duas formas de compreensão, uma que apresenta uma visão evolutiva da história e a outra que apresenta uma visão repetitiva da história.

A primeira é afirmada pelo **Manifesto Comunista**, baseada na idéia de que a história das sociedades é a história da luta de classes. Desta forma, o modo de produção capitalista é o resultado de modos de produção anteriores num processo evolutivo, no qual o modo de produção capitalista ocupa o lugar de último modo de produção centrado sobre a luta de classes. Com o tempo surgiria outro modo de produção que superaria a luta entre os homens e inauguraria uma nova fase da história da humanidade. Deste modo, a história teria uma ordem evolutiva racional, onde as sucessivas fases a levaria em direção à utopia comunista.

Com a ideologização do conhecimento histórico, o marxismo manteve-se ainda na área de influência da filosofia da história. Levando-se em conta que seu objeto de análise é uma sociedade dividida e tensa, o historiador deveria refletir sua contradição e ser parcial.

Assim, enquanto ciência social, o marxismo evadiu-se da historicidade pelo conceito, sendo que, seu aspecto lógico e formal se substituiu ao aspecto histórico, temporal e concreto na análise da sociedade. Deste modo, o marxismo, em sua contraditoriedade oscilou entre a evasão em direção ao futuro e a evasão em direção ao puro conceito.

Segundo Rachel Sohier, o marxismo considera a problemática que divide homens e mulheres uma contradição secundária, que encontrará resolução com o fim da contradição principal: a instauração da sociedade sem classe com a mudança do modo de produção (SOIHET, 1997, p. 399). Ela ainda acrescenta:

A partir da década de 1960, correntes revisionistas marxistas, engajadas no movimento da história social, apresentam uma postura diversa ao assumirem como objeto de estudo os grupos ultrapassados pela história, as massas populares sem um nível significativo de organização, e, também as mulheres do povo. (SOIHET, 1997, p. 399)

A fundação da revista dos *Annales* foi uma fase de combate contra a história tradicional visando a ocupação das instituições de ensino, pesquisa, administração e publicação de história, na França (REIS, 2000, p. 91). A primeira geração liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre, a segunda geração encabeçada por Fernand Braudel e a terceira e última geração foi administrada por vários pensadores destacando-se inicialmente Jacques Le Goff e Pierre Nora.

A Escola dos *Annales*, por sua vez, busca desvencilhar a historiografia de idealidades abstratas, preferindo voltar-se para a história de seres vivos, concretos, e à trama de seu cotidiano, em vez de se ater a uma nacionalidade universal. Embora as mulheres não fossem logo incorporadas à historiografia pelos *Annales*, estas, porém, contribuem para que isto se concretize num futuro próximo. (SOIHET, 1997, p. 399)

Segundo José Carlos Reis, a Escola dos *Annales* incluiu vários historiadores que abordam estudos em áreas como política e mentalidades. Dentre esses pensadores havia filósofos, sociólogos e geógrafos

Os *Annales* para se aproximar das ciências sociais se dividiram por conta própria em três fases. Na verdade, a revista dos *Annales* promoveu a aproximação da história das ciências sociais visando realizar pesquisas sobre novos objetos, como as estruturas agrárias, as técnicas, as mentalidades coletivas dentre outros (REIS, 2000, p. 96).

A primeira geração teve início em 1929, encabeçada por Marc Bloch e Lucien Febvre, segundo José Carlos Reis, ela se caracterizou pelo combate à Escola Tradicional e seus representantes.

O que Febvre e Bloch trouxeram de novidade, de fato, foi sua compreensão da temporalidade histórica. Em suas obras históricas e teóricas, eles introduziram o permanente, o duradouro, recusando a história como o conhecimento exclusivamente da mudança. Em contato com a geografia, criaram uma geo-história, que trata das relações entre os homens e a natureza, onde o homem constrói o seu mundo sobre uma matéria resistente, permanente, mas transformável. As relações entre os homens e a natureza, não são concebíveis como uma “luta”, mas com relações de complementaridade e solidariedade recíprocas. Interessam-se pelas estruturas econômico-sociais: nas estruturas econômicas, aparecem os meios de intervenção coletiva dos homens na natureza, para a produção dos bens materiais necessários à produção da vida; nas sociais, aparece o que há de “natural” na sociedade, isto é, o repetitivo, o resistente, o que há de comum entre os indivíduos. (REIS, 2000, p. 94)

Para Igges, segundo José Carlos Reis, na primeira geração predominou a abordagem “estrutural qualitativa” da história. Ele ainda afirma, Febvre e Bloch faziam uma história “antropocêntrica”.

De acordo com José Carlos Reis, o que teve de novidade nessa fase não foi a passagem da qualidade a quantidade, mas o fato de ter abandonado sistematicamente o “evento” e ter-se interessado pelas “estruturas” em “longa duração”.

Por volta de 1950, tem início a segunda geração tendo Febvre até 1956 como líder. Após sua morte Fernand Braudel assume essa posição em 1957. Essa geração se diferencia da primeira, ela produziu trabalhos, principalmente de história estrutural quantitativa, “serial”, nas áreas da economia e demografia (REIS, 2000, p. 107).

Fernand Braudel não se interessou pela história das mentalidades, assim também, como não levou muito sério a política. Mas, não pode dizer que ambas foram marginalizadas nessa fase. Ele como outros historiadores franceses, acreditava que a história social-econômica seria mais importante ou mais fundamental do que outras ciências.

A terceira fase iniciou-se por volta de 1968, tendo como principais pensadores Jacques Le Goff e Pierre Nora. Segundo José Carlos Reis, para Peter Burke, “o quadro intelectual da terceira geração é mais difícil de pintar do que o da primeira e segunda. Ninguém domina agora como Febvre e Braudel o fizeram antes. Na verdade, uns falam em uma fragmentação intelectual”. (REIS, 2000, p. 112)

Afetados pelo movimento estudantil de 1968 na França, os Annales tiveram que radicalizar alguns aspectos do programa dos fundadores como afirma Reis:

Alguns aspectos do programa dos fundadores foram radicalizados: a história como uma relação entre presente e passado chega ao extremo de se tornar história imediata, “história do presente”. A história se associou as novas disciplinas: psicanálise, antropologia, lingüística, literatura, semiótica, mitologia comparada, climatologia, paleobotânica. Novas técnicas foram utilizadas pelo historiador: computadores, dendrocronologia, carbono 14, análises matemáticas, modelos. Sensível às interrogações do presente, a história se aliou à antropologia e se interessou pelos aspectos simbólicos e culturais da sociedade. (REIS, 2000, p.113)

Nessa fase ocorreram várias transformações, assim também, como retorno a alguns estudos como, por exemplo, o estudo dos eventos. Para K. Pomian, segundo José Carlos Reis, o evento retorna como inaugurador de estruturas, como um ponto de inflexão de um modelo ou como o “ocorrido” entre possibilidades objetivas, ele volta também como uma nova perspectiva: “entrada”, “janela”, “abertura”, através da qual se pode atingir a estrutura social (REIS, 2000, p. 144).

O ressurgimento da narrativa também fez parte dessa fase. Para L. Stone existem novos interesses que foram impulsionados através da narrativa, tais como: as emoções, os sentimentos, os comportamentos, os valores, os estudos de espírito, o desejo sexual, as relações familiares e afetivas, os indivíduos, as idéias, as crenças e os costumes. A volta da narrativa se liga também ao interesse dos novos historiadores em retomarem o contato com público culto não-especializado que os tinham abandonado, com os textos cifrados e exotéricos produzido para a circulação interna (REIS, 2000, p. 135-136). Ele ainda acrescenta, os *Annales* não deveriam ter abandonado uma tradição de mais de vinte séculos. Comparando L. Stone e Eric Hobsbawm, coexistem algumas analogias e antagonismo, onde as analogias estão presentes nos objetos de estudo dessa narrativa como: sentimentos, conduta, pobres e desconhecidos. No entanto, os antagonismos que constituem a narrativa estão presentes, os processos criminais e verbais e não só documentos escritos oficiais e políticos, diplomáticos e administrativos, dando a essa nova narrativa a influência do romance moderno colocando em pauta não só uma pessoa, processo ou evento histórico, mas através deles a cultura e a sociedade.

Outra especialidade que retornou na terceira fase foi à biografia, para José Carlos Reis, esse retorno expressa o ressurgimento de uma “filosofia da consciência”, para ele, esse regresso não terá dificuldades, já que o fundador dos *Annales* Lucien Febvre é um biógrafo.

Algumas características prevaleceram nessa fase, dentre elas o policentrismo – o centro do pensamento histórico estava em vários locais. Vários membros levaram a frente o projeto de Febvre, estendendo as fronteiras de forma a permitir a incorporação da infância, do sonho, do corpo até mesmo do odor. Outros solaparam o projeto pelo retorno à história política e à dos eventos. Alguns continuaram a praticar a história quantitativa, outros reagiram contra ela (BURKE, 1997, p. 79).

Os membros da terceira geração são mais abertos as idéias vindas do exterior. Muitos deles viveram nos Estados Unidos e sabiam ler e escrever inglês. Eles por diferentes caminhos tentaram fazer uma síntese entre a tradição dos *Annales* e as tendências intelectuais

americanas – como a psico-história, a nova história econômica, a história da cultura popular, a antropologia simbólica etc. (BURKE, 1997, p. 80).

Dentre as características dessa geração destaca-se a redescoberta da história das mentalidades, a tentativa de empregar métodos quantitativos na história cultural, a antropologia histórica dentre outros.

A terceira geração retornou à política numa reação a Braudel como também com outras formas de determinismo (especialmente, o “economicismo” marxista). A volta à política também está ligada ao ressurgimento do interesse na narrativa dos eventos (BURKE, 1997, p. 104). O interesse pela micro-história também é uma característica dessa fase.

Segundo Peter Burke a partir da terceira geração, as mulheres foram incluídas na história depois de movimentos feministas querendo um espaço na historiografia. A história das mulheres planejada por George Duby e Michelle Perrot, não só se desenvolveu na França, mas em outros países como Estados Unidos, Grã-Bretanha, Holanda, Escandinávia e na Itália (BURKE, 1997, p. 80).

As mulheres sempre ficaram a margem não só da história, mas também da sociedade. Eram excluídas do espaço público não tendo o direito de trabalharem fora do domicílio, presa a casa cuidando dos afazeres domésticos, do esposo e das crianças sempre como motivo de pilhéria. Na cultura judaica encontramos a seguinte oração feita por um homem: “Bendito sejas Tu, Eterno, nosso Deus, Rei do Universo que não me fizeste mulher”. Esta era a oração matinal do homem judeu, fazia parte da sua cultura, sendo motivo de agradecer a Deus. Já para os gregos, inclusive os filósofos que também foram influenciados por este pensamento machista, era motivo de agradecer ao destino por não ter nascido mulher. Contudo, barreiras foram quebradas com o passar dos séculos, novos conceitos surgiram e alguns fatores contribuíram para a mulher surgir no campo da história.

De acordo com essas informações, percebe-se que as escolas tradicionais anteriores aos *Annales* como, por exemplo, o positivismo e o marxismo não deram espaço à mulher na historiografia. Assim, como também a primeira e segunda geração dos *Annales* não trabalharam a mulher de acordo com o papel que ela já desempenhava no cotidiano social. E quando a elas se referiam era de forma parcial sem uma análise de caráter mais científico. Contudo, podemos observar uma relativa mudança na historiografia marxista, a partir de correntes revisionistas engajadas no movimento da história social quando as mulheres, as massas populares e o povo em geral passaram a ser reconhecidos e estudados pelos seguidores do alemão Karl Marx. Esta posição, observamos em meio a uma intensa propaganda marxista que acontece nos países integrantes do então Terceiro Mundo e a ascensão de governos de

tendência marxista a partir dos anos 60 do século passado. Portanto, as mulheres passaram a ser trabalhadas como objeto central somente com a terceira geração dos *Annales*.

1.2. A mulher na perspectiva da Historiografia: da escola tradicional à geração dos *Annales*

O presente tópico discute as razões pelas quais as mulheres foram marginalizadas dentro da historiografia, ao mesmo tempo busca compreender o contexto de sua inserção na historiografia alcançada após a terceira geração dos *Annales*, mas especificamente a partir dos anos 70 do século XX.

As mulheres há muito tempo vêm lutando para demarcar seu espaço na história. Os historiadores, até o século XIX, não se preocuparam em trabalhá-las na historiografia mesmo sabendo que elas desenvolveram importante papel na sociedade. Elas, desde a industrialização, trabalhavam nas fábricas apesar de todo o argumento de sua deficiente força física.

Conforme Luciano Figueiredo, as mulheres estão excluídas da vida pública (funções políticas, administrativas e eclesiásticas) o que não implica que elas não eram plenamente atuantes na sociedade brasileira do período.

Apareciam sim, ocupadas na panificação, tecelagem e alfaiataria, dividindo com os homens essas funções, cabendo-lhes alguma exclusividade quando eram costureiras, doceiras, fiandeiras e rendeiras. Ainda como cozinheiras, lavadeiras ou criadas reproduziam no Brasil os papéis que tradicionalmente lhes eram reservados. Algumas através de uma prova prática, assistidas por médicos e sangradores, promovidas pelas câmaras municipais, receberam “cartas de exame” uma espécie de diploma que se tornava aptas ao exercício legal da função de parteira. (FIGUEIREDO, 2007, p. 142-143)

Luciano Figueiredo ainda revela que no século XVIII, mulheres roceiras em pequenas propriedades apareciam pagando o dízimo à Coroa. Elas também apareciam criando gado, aves, plantando gêneros alimentícios para abastecimento local, produzindo queijos, aguardente e pão. A sua participação aparece ainda mais acentuada com a crise da mineração em fins do século XVIII e início do XIX.

As escolas historiográficas que antecederam os *Annales* não deram às mulheres a oportunidade de expor suas obras deixando-as à margem do processo histórico. Foram necessárias duas fases para que a mulher começasse a “ganhar” espaço nos estudos historiográficos.

A primeira fase está intrinsecamente ligada à proposta do marxismo e este, por sua vez, tratava o operariado no geral incluindo-as juntamente com os homens e as crianças. A outra fase é com a primeira geração dos *Annales*. Karl Marx, apesar de ser comunista pregando o igualitarismo não trabalhou a mulher propriamente dita. A escola marxista se preocupava com a história estrutural e econômico-social e essencialmente política.

A relação de diferenciação entre homens e mulheres criou bases de influências para que surgisse em território norte-americano os movimentos feministas. Esses movimentos tinham como propósito atenuar as diferenças entre os gêneros sociais e estavam centrados nas reivindicações dos direitos políticos.

O movimento feminista ocorrido nos Estados Unidos e em outros lugares nos anos 1960 contribuiu ainda mais para o surgimento da história das mulheres. As reivindicações das mulheres foram abordadas pelos estudantes e os próprios professores mobilizaram-se propondo instauração de cursos, colóquios, e grupos de reflexão nas universidades francesas dedicados ao estudo das mulheres. Tais estudos chegam ao Brasil e em outras partes da Europa e do mundo nos anos 70. De acordo com Françoise Colim, após a criação desse movimento elas barraram a presença masculina em suas reuniões já que eles só freavam suas palavras e iniciativas. Segundo elas, tal presença as inibia impedindo-as de colocarem plenamente as suas dúvidas, incertezas vez que haviam sido criadas diferentes dos meninos em cada etapa da vida – infância, adolescência, maturidade –. Os preconceitos sofridos, as violências, enfim, todos os impedimentos não eram discutidos plenamente. Como afirmara Simone Beauvoir – era a cultura, dominada pelos homens, que as tinham tornado submissas e com tão baixo auto-estima.

Segundo Rachel Soihet, Essas mulheres – índias, negras, mestiças, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram a diferenciação da mulher com relação ao homem. Elas desejavam saber o porquê delas em diferentes sociedades, serem submetidas à autoridade masculina. Os historiadores anteriores aos *Annales* haviam sido criticados pelas feministas por deixarem a mulher fora da história, ou mais exatamente, por terem perdido a oportunidade de incorporá-las à história de maneira mais integral (BURKE, 1997, p. 80)

Nesse sentido, a Escola dos *Annales* inovando a forma de fazer história, na primeira geração às mulheres começam a aparecer esporadicamente, ou seja, parcialmente, só vindo a serem trabalhadas como objeto central a partir da terceira geração. A Escola dos *Annales* teve uma parcela significativa para a historiografia. Seus primeiros idealizadores Marc Bloch e Lucien Febvre a partir de 1929, com a primeira geração passaram a dar espaço a campos que antes não tiveram a oportunidade de serem ingressados na historiografia.

Aqui ficam as questões: Que fatores teriam sido determinantes para que a mulher ficasse à margem da historiografia durante tanto tempo ? Será que era medo delas ocuparem espaços secularmente ocupados pelos homens ? Ou será que foi simplesmente pelo machismo, que condenava a mulher a ficar sempre restrita ao setor privado sem possibilidades de crescimento algum em outras esferas principalmente no setor político profissional ? Ficam aqui estes questionamentos para reflexão e respostas ao longo desse nosso trabalho.

Foram necessárias duas fases para que a mulher fosse inserida na historiografia. Inicialmente com o marxismo e a primeira geração dos *Annales*, onde ela passa a ser trabalhada parcialmente e a segunda fase tem início com a terceira geração dos *Annales* passando a ser trabalhada como objeto central.

1.3. A fundação do Colégio Pedro II

O século XIX foi um período de muitas conquistas para o Brasil. Dentre elas destacamos a criação do Colégio Pedro II.

Segundo Alzenira Francisca de Azevedo Moises, em sua dissertação de mestrado: **O Colégio Pedro II: controvérsias acerca de sua fundação**, a fundação do Colégio ocorreu a 2 de dezembro de 1837, com destaque para a figura do Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) que assinou o decreto substituindo o antigo Seminário São Joaquim.

A criação do Colégio, segundo Alzenira Francisca, ocorreu no Período Regencial da história do Brasil durante a vigência do Ato Adicional 3 de 1834, que instituiu, dentre outras medidas, a descentralização do ensino no Brasil

O Colégio foi instalado onde era o antigo Seminário, mas o público-alvo era diferenciado: o Seminário era destinado à educação de meninos órfãos, enquanto o Colégio seria freqüentado pelos filhos das famílias abastadas da corte ou fora dela.

Os políticos na década de 1837 viam a necessidade de criar uma instituição como o Colégio Pedro II, com o intuito de contribuir para a construção do Estado Nacional com o objetivo de formar esses jovens da elite que seriam os futuros governantes do país.

No Período Regencial, foi constatado que a educação brasileira vivia num déficit muito grande. Era grande o número de analfabetos e, nesse caso, não poderiam entender as questões públicas do dia-a-dia devido ao fato de não saberem ler.

Estudo feito por Alzenira Francisca, para ingressar no Colégio Pedro II existiam algumas prerrogativas aos alunos, não poderiam ter menos de oito e mais que doze anos,

quando muito caso contrário era necessário uma licença especial do governo; tinha que saber ler, escrever, contar, as quatro operações de Aritmética; ter bom comportamento das Escolas por onde estudou; um despacho de admissão dado pelo Reitor; e, caso o aluno interno teria que ser vacinado.

Nos primeiros anos de funcionamento do Colégio Pedro II o ingresso dos professores que ali ministravam as aulas era feito pelo Governo Imperial, especialmente pelo Ministro e Reitor, e não por concursos. Segundo Alzenira Francisca os primeiros professores foram indicados pelo ministro Vasconcelos.

Aos alunos eram destinados alguns regulamentos: uma vez por mês faziam um exame para avaliar seus conhecimentos na frente de seus professores, Reitor e Vice-Reitor, a lista com os nomes dos que se destacaram era afixada a parede e os seis primeiros teriam assento no banco de honra do Colégio. As matrículas no colégio seriam feitas por série e não por disciplina. Segundo Alzenira Francisca, de acordo com o (REGULAMENTO de 1838 em sua página 120) as matérias seriam distribuídas ao longo de oito aulas e deveriam ser cumpridas no mesmo período planejado. O aluno que reprovasse por duas vezes seria expulso do Colégio, dando espaço a outros alunos que se submetessem ao exame para ingresso.

O principal objetivo do Colégio era desestruturar a hegemonia das aulas avulsas ou “aulas régias” na Municipalidade da Corte e corrigir a fragmentação existente no sistema de ensino secundário (MOISES, 2007, p. 28).

Foram muitas as críticas no que diz respeito à criação desse Colégio. Componentes de jornais como *Aurora Fluminense* destacavam que o Colégio mesmo sendo público, só quem tinha direito de estudar nele era filhos de médicos, comerciantes, políticos, ou seja, os filhos da elite como já foi mencionado anteriormente.

O Colégio Pedro II passou a ministrar aulas organizadas, substituindo as aulas “avulsas” como era no Seminário São Joaquim que tinha como objetivo formar técnicos.

Os professores tinham que ministrar não somente aula no ensino das Letras e das Ciências aos alunos, era também necessário lembrar-se dos nossos deveres com Deus, Pais, Pátria e Governo.

De acordo com a análise de Vera Lúcia Cabana Queiroz de Andrade, segundo Alzenira Francisca, o Colégio Pedro II foi uma instituição digna de apreço e apontada como a primeira a trazer alguma organização ao ensino secundário no final da década de 1830. A criação do Colégio foi um dos instrumentos utilizados para a concretização do projeto civilizatório da monarquia brasileira.

Eram várias as proibições do Colégio Pedro II para os alunos. Art. 102. Nenhuma mulher poderá residir em contato com os Alunos (REGULAMENTO, 1838, p.117) (MOISES, 2007, p. 60).

No antigo Seminário São Joaquim, as aulas aos alunos órfãos eram técnicas - destinadas a formar técnicos. No Colégio Pedro II, com o ensino secundário, foram inseridas novas disciplinas dentre elas o Grego e o Latim além de outras disciplinas humanísticas.

O Art. 3.º fixa as disciplinas que seriam ensinadas: língua latina, grega, francesa, inglesa, retórica, os princípios de Geografia, História, Filosofia, Zoologia, Mineralogia, Botânica, Química, Física, Aritmética, Álgebra, Geometria e Astronomia. Esse conjunto de conhecimentos, que seria ministrado na instituição, dava a visão de um ensino que pretendia não só suprir a formação humanística, mas, além disso, ir ao encontro das necessidades modernas. O ensino das línguas, francesa e inglesa, a inclusão de disciplinas de caráter científico, como Astronomia e Botânica, e as de cunho matemático atestam essa preocupação. Isso indica que, apesar de o Colégio Pedro II ser um estabelecimento público, não era gratuito, visto que o aluno deveria despende uma quantia para se manter no educandário. (MOISES, 2007, p. 39)

Um dado interessante é que o grau de bacharel em letras do Colégio Pedro II, segundo Haidar dava o direito de matricular-se em cursos superiores sem a necessidade de fazerem exames. Isso acarretou revoltas por parte de outras instituições de ensino como, por exemplo, os liceus provinciais que não dispunha desse privilégio, os alunos que lá estudavam teriam que fazer novos exames para o ingresso em academias.

Observa-se, pois, que a fundação do Colégio Pedro II foi de suma importância para a educação secundária no Brasil. A sua implantação ocorreu em prejuízo do então seminário São Joaquim que trabalhava apenas junto aos órfãos. No entanto, a atuação do colégio fez-se em benefício total das elites políticas de então o que contrariava prontamente a escola anterior que era dedicada a órfãos. Apesar de reconhecer a importância e o mérito do colégio deve-se ressaltar, contudo, que ele contribuiu para elitização do ensino à época. Outro dado interessante é que o Colégio mesmo sendo público era raríssimo aluno pobre lá estudar, o que se via era filhos de políticos e da elite.

Voltado para as elites e classes dominantes, o colégio Pedro II não proporcionou maiores oportunidades para a mulher. Pelos estudos que foram feitos percebe-se a ausência do “sexo frágil” no seu corpo discente. Sequer entre os docentes se destaca a presença feminina. Contudo, podemos concluir que o colégio não passou de um mero reprodutor da ideologia machista dominante. Ressalte-se que não estamos analisando o mérito da sua contribuição intelectual ao desenvolvimento da capital do Rio de Janeiro e províncias próximas. Certamente sua produção foi grande e sua importância ainda maior, vez que todos os colégios

oficiais públicos fundados a partir de então em várias províncias do Brasil o tiveram como modelo.

1.4. O IHGB

A história no século XIX passa a ganhar foros de cientificidade ao passo que a disciplina começa a conquistar definitivamente os espaços da universidade. No crescente sentimento nacionalista buscando no passado fatos para exacerbar a grandeza da pátria foi fundado o IHGB.

[...] Com a história, é possível aprender de forma a não se comprometer a marcha do progresso social, História vista segundo sua instrumentalidade para a compreensão do presente e encaminhamento do futuro, princípios tão caros também àqueles que no Brasil se lançaram à tarefa de escrever uma história nacional. (GUIMARÃES, 1988, p. 9)¹

Com o objetivo de organizar a história e a geografia como também desenvolver o progresso do país criando uma identidade própria, em 21 de outubro de 1838, foi criado no Rio de Janeiro capital do império brasileiro o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), inspirado no *Instituto Historique de Paris*, fundado em 1834.

A idéia veio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Sain) criada desde 1827, tendo como principais mentores o Cônego Januário da Cunha Barbosa e o coronel Raimundo José da Cunha Mattos e foi composto de clérigos, políticos, militares, dentre outros profissionais sob a proteção do Imperador D. Pedro II. Era um órgão restrito à elite. Com o espírito iluminista no intuito de incentivar o progresso brasileiro. Embora criado por iniciativa da Sain, o instituto se organiza administrativamente independentemente daquela instituição. (GUIMARÃES, 1988, p. 4).²

Figuras importantes da elite econômica do Rio de Janeiro logo se associaram. Desde sua criação o IHGB foi protegido pelo imperador D. Pedro II, que o ajudava financeiramente. A partir de 1840 o Imperador, além de participar freqüentemente de suas sessões, tornou-se o grande incentivador da instituição.

Diante de uma sociedade excludente, o IHGB tenta criar uma “nação brasileira” definindo também o “outro” (índios e negros), pois o conceito de “nação” era eminentemente

¹ A paginação referente ao trabalho de Guimarães é o que se extraiu de uma contagem manual já que o texto em si não apresenta uma numeração de página eficaz. O “manuscrito”, entretanto, indica que o texto foi publicado entre a página 5 e 27.

² Idem.

dedicado à raça branca. O IHGB, de início, pretende manter relações com instituições congêneres tanto nacionais quanto internacionais.

Foram pensadas várias idéias para o IHGB. Dentre elas foi a de transformar o Instituto em centro autorizado para a produção do discurso sobre o Brasil. Em 1842, surge outro pensamento em tornar obrigatório depositar na sua biblioteca tudo que fosse publicado no Brasil.

A inauguração do instituto se deu em 15 de dezembro de 1849, com novas instalações no Paço Imperial da cidade. A partir desse momento o imperador D. Pedro II passa a ser mais atuante no estabelecimento durante as reuniões contribuindo para a construção de um monarca esclarecido e amigo das letras. Essas reuniões nas quais o imperador freqüentava representou uma aproximação maior do instituto com o Estado Imperial. D. Pedro II só faltava nas reuniões quando precisava viajar. Nessa temporada o instituto passa a dar prioridade à produção de trabalhos inéditos nos campos da história, geografia e etnologia (GUIMARÃES, 1988, p. 7).³

Embora não claramente explicitado nos primeiros estatutos do IHGB, objetivo de escrever uma história do Brasil esteve sempre presente. O instituto seria nas palavras de Januário da Cunha Barbosa, a luz a retirar a história brasileira e seu escuro caos, superando uma época percebida e vivida como necessitada de “Luz e Ordem” [...] (GUIMARÃES, 1988, p. 10)⁴

Foi Varnhagen que enviou ao imperador D. Pedro II uma carta descrevendo o que aspirava o instituto. Varnhagen nasceu em São Paulo, filho de um alemão que trabalhava de metalúrgico no Brasil e de uma portuguesa. Morou apenas os primeiros cinco anos no Brasil indo embora para Portugal. Em 1840 retorna ao Brasil e em 1841 entra para o IHGB, como primeiro-secretário. Em 1841 ganhou a nacionalidade brasileira. Francisco Adolfo de Varnhagen é tido como “Heródoto brasileiro”, por ter fundado a história do Brasil

O imperador foi o protetor de Varnhagen, oferecendo-lhes os recursos para sua obra. O jovem imperador, aliás, precisava muito da história e dos historiadores. Em 1838/39, pouco antes de ocupar antecipadamente o trono, fora criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que foi de uma importância capital para a constituição da história brasileira. Até 1931-33, o IHGB exercerá uma grande influência e será o único centro de estudos históricos do Brasil. (REIS, 2001, p. 25)

³ Idem.

⁴ Idem.

Primeiro Varnhagen organizou um livro **História do Brasil**, a partir de uma pesquisa com documentos sendo ele o fundador da pesquisa metódica. No livro, ele descreveu o que existia no território brasileiro.

Apesar de Varnhagen ter publicado **História do Brasil**, obra de grande valor, houve críticos dentre eles o erudito, anti-monarca e anti-português Capistrano de Abreu. Capistrano afirma que Varnhagen escreveu coisas do Brasil que não eram concretos, ou seja, baseou-se em relatos de cronistas.

Segundo José Carlos Reis o novo território precisava reconhecer-se geograficamente e historicamente. No que tange a geografia trabalharia em questões de situar as cidades, vilas, serras, rios, climas, minérios, fauna etc. Historicamente, baseando-se no modelo francês procurou incentivar os estudos históricos, eternizar os fatos memoráveis da pátria dentre outros.

O grupo do IHGB estava dividido em 50 membros sendo distribuídos 25 da área de geografia e 25 na área de história com sócios brasileiros e estrangeiros. O instituto tinha a proteção de D. Pedro II ajudando financeiramente. No IHGB havia projetos como viagens para exploração, pesquisa e coleta de materiais em arquivos estrangeiros. É a partir do IHGB que começa a pensar a história o Brasil.

“Coerente com o objetivo a que se propôs, de esboçar o quadro na nação, o IHGB incentivara ainda viagens e excursões pelo interior do Brasil, na expectativa de que venha a ser coletado material que subsidie a escrita da história nacional – particularmente material referente aos diversos grupos indígenas – e que possibilite o avanço no caminho da identificação do Brasil [...]” (GUIMARAES, 2001, p.17)⁵

O imperador assim discursou:

Sem dúvida senhores, que a vossa publicação trimestral tem prestado valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apreço que também no novo merece as aplicações da inteligência; mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente, como também pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertence digna realmente dos elogios da posteridade: não dividi pois as vossas forças, o amor da ciência é exclusivo, e concorrendo todos unidos para tão nobre, útil, já difícil empresa, erijamos assim um padrão de glória à civilização da nossa pátria. (...)

Congratulando-me desde já convosco pelas felizes conseqüências do empenho, que contraís, reunindo-vos em meu palácio, recomendo ao vosso presidente que me informe sempre da marcha das comissões, assim como me apresente, quando lhe ordenar, uma lista, que espero será a geral, dos sócios que bem cumprem com os seus deveres; comprazendo-me aliás em verificar por mim próprio os vossos esforços todas

⁵ Op. cit. nota 1.

às vezes que tiver a satisfação de tomar parte em vossas lucubrações. (GUIMARÃES, apud Revista IHGB 1849, 2001, p. 7-8)⁶

Dos 27 intelectuais fundadores do IHGB percebe-se que parte pertencia a uma geração nascida ainda em Portugal, vinda para o Brasil na esteira das transformações produzidas na Europa em virtude da invasão napoleônica à Península Ibérica como afirma Manoel Luis Salgado Guimarães. A maioria deles atuava em funções de Estado.

Mesmo sendo Varnhagen o “Heródoto brasileiro”, nossa história começa a ser escrita por um estrangeiro. Em 1840, o IHGB, fez um “concurso” para quem elaborasse a melhor forma para escrever a história do Brasil. O melhor texto foi do alemão Karl Friedrich Philipp von Martius em sua monografia intitulada “*Como se deve escrever a história do Brasil*” publicada na revista do IHGB, em 1845. O texto dele era o ideal para fazer a história do Brasil por ele se preocupar em fazer o estudo das três raças humanas formadoras do território nacional brasileiro – (índio, negro e o branco – civilizador)

Von Martius, trata em sua obra das três raças acima descritas. Ele inicia dando valor aos estudos relativos aos índios. Ao negro ele dedica poucas páginas e ainda diz que o mesmo trouxe atraso alegando que sem a sua presença o Brasil teria tido um desenvolvimento melhor, o negro impediu o processo de civilização. Karl Friedrich Philipp von Martius, enfatizando a mescla de raças que singularizava o Brasil, embora privilegiando a raça branca, considera que o historiador do Brasil deverá fazer uma história da unidade brasileira. A história do Brasil deverá ser centralizada no imperador (REIS, 2001, p. 31).

Mediante essas informações podemos concluir que o IHGB foi criado com o intuito de criar uma identidade própria para o Brasil e teve como protetor o imperador D. Pedro II atendendo aos pedidos do “Heródoto do Brasil” Francisco Adolfo de Varnhagen o grande incentivador do instituto.

Apesar da indiscutível produção bibliográfica, dos estudos realizados, de sua importância para melhoria intelectual do Brasil no Segundo Reinado, o IHGB a exemplo do que já ocorrera com Colégio Pedro II não ofereceu oportunidades para uma evolução da presença da mulher em seus quadros, na sua produção intelectual, no pensamento dominante à época. Na verdade, foi também com raras exceções um reproduzidor da ideologia das classes dominantes do momento. À mulher continuou restando cuidar dos filhos, do esposo, do lar e quando havia condições, algumas aulas de piano, de pintura e em alguns momentos o acesso a algumas peças de teatro e saraus estes quando promovidos pela corte.

⁶ Idem. p. 1.

CAPÍTULO II

GÊNESE DO POVO BRASILEIRO

2.1. O descobrimento do Brasil

O “descobrimento” do Brasil está intrinsecamente ligado ao modelo da política mercantilista moderna adotada pelo governo de Portugal. Quando Vasco da Gama retornou a Portugal após descobrir as Índias levando grande quantidade de especiarias e outras riquezas, D. Manoel preparou a mais poderosa esquadra para garantir o domínio das especiarias. O comando ficou com Pedro Álvares Cabral. Contava a armada com dez naus, duas caravelas e 1500 homens, entre eles Bartolomeu Dias, Nicolau Coelho, Sancho de Tovar e outros marinheiros experimentados, zarpando a 8 de março de 1500 do Tejo e chegando as terras brasileiras no dia 22 de abril do mesmo ano.

Chegaram à região de Porto Seguro, no dia 2 de maio, a esquadra seguiu seu destino. E logo depois foi enviada ao império português uma nau levando a carta de Caminha, considerado por alguns estudiosos, até hoje, como um dos primeiros documentos sobre a Terra Nova.

A Carta de Pero Vaz de Caminha é considerada o “Registro de Nascimento” das terras brasileiras. Foi a partir dela que começou a exploração da terra, pois nela continha as informações de tudo o que aqui existia. Os lusitanos no primeiro contato com índios ficaram impressionados com aquela gente andando nus, os homens em sua maioria com os “beiços” furados e pintados, as fêmeas com os cabelos bonitos e bem cuidados, pardos, avermelhados com penas sobre a cabeça andando sempre juntos homens e mulheres, ou seja, acharam aquilo tudo muito estranho.

Caminha relata na carta tudo o que viu, ouviu e o que imaginou ter visto nas terras brasileiras, inclusive no que se refere à abundância da água e da terra fértil. Para ele, tudo que se plantasse daria e, que nela podia existir vários tipos de metais, vale salientar que a motivação maior dos portugueses era com o comércio das especiarias e com os metais preciosos sintetizada na política mercantilista da época.

O capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande no pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado. Sancho de Tovar, Simão de Miranda, Nicolau Coelho, Aires Correia, e nós outros que aqui na nau com ele vamos, sentados no chão, pela alcatifa. Acenderam-se tochas. Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia nem de falar ao Capitão nem a

ninguém. Porém, um deles pôs o olho no colar do Capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata, e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal como se lá também houvesse prata. (CAMINHA, 2002, p. 96)

Após o descobrimento do Brasil, as terras brasileiras começaram a ser exploradas em forma de arrendamento. Isto porque a preocupação inicial dos portugueses foi com o rendoso comércio com as Índias. Somente a partir de 1530, quando aumentou a cobiça de estrangeiros principalmente franceses é que Portugal deu início à colonização através de uma expedição comandada por Martin Afonso e em 1534 a criação das capitanias hereditárias. Posteriormente, o rei de Portugal resolveu unificar a administração brasileira criando o governo geral.

Segundo Thomas Skidmore, podemos explicar a história colonial brasileira a partir do primeiro contato dos portugueses com os nativos, importação forçada de milhões de africanos, criação de uma sociedade multirracial, consolidação e expansão do território sob domínio português.

O Brasil criou, sob uma fachada de harmonia, uma sociedade contraditória. As contradições têm várias fontes. Elas são um produto da miscigenação de povos – indígenas, europeus e africanos – e da cultura derivada dos portugueses que mantém o Brasil unido. As contradições são também produzidas por promessas passadas de oportunidade, que são negadas pelas realidades presentes de discriminação, violência e pobreza generalizada [...] (SKIDMORE, 1998, p. 15)

Achando-se superiores aos nativos, os portugueses tacharam-nos de “selvagens” alegando a ausência de formação educacional e religiosa (católica).

A partir da política adotada por Portugal para estabelecer domínio sobre o Brasil, tivemos a inserção de dois novos tipos sociais: o branco e o negro, estes mais os nativos tornaram a sociedade brasileira mestiça dando origem ao mameluco (filho de portugueses brancos com índias) como também os mulatos (filhos de portugueses brancos com africanas). Essa sociedade multirracial vivia como não poderia deixar de ser o preconceito. Os mestiços eram considerados de pouca relevância ficando apenas acima dos escravos. Mulheres desse segmento social geralmente tornavam-se vendedoras ambulantes, especializando-se na venda de todo tipo de comida (SKIDMORE, 1998, p. 42).

De início no Brasil o trabalho era indígena. Todavia, em conseqüência dos nativos não serem afeitos ao trabalho agrícola e ao sedentarismo por eles determinado sua produção era pequena, isto obrigou os portugueses a importarem mão-de-obra africana. Assim teve

início uma corrida imigratória possibilitando que milhões de escravos ao longo do século a portassem à América Portuguesa e outras a possessões lusitanas.

Em 1580 os portugueses importavam mais de 2 mil escravos africanos por ano para trabalhar nas plantações de açúcar no Nordeste brasileiro. Assim começou o comércio de escravos no Brasil, que prosseguiu até 1850 a um custo humano chocante. As condições a bordo dos navios eram indescritivelmente ruins e as doenças proliferavam. Era comum mais da metade da carga de escravos morrer no caminho, uma história trágica que se repetiu durante todo o comércio de escravos no Atlântico [...] O Brasil recebeu mais escravos africanos (pelo menos 3,65 milhões, e algumas estimativas são consideravelmente mais altas) no total de qualquer outra região nas Américas. Em consequência, atualmente tem a maior população de descendentes de africanos que qualquer país fora da própria África. (SKIDMORE, 1998, p. 33)

Ao estudarmos a economia colonial brasileira após o início da colonização observamos que era cíclica, vez que, voltada para o mercado externo, sempre teve um produto preponderante na produção. A área em que se desenvolveu a cana-de-açúcar foi na zona da mata. Essa região estende-se em uma faixa litorânea do Rio Grande do Norte ao Recôncavo Baiano, o solo é de terra preta, denominada Massapê, de grande fertilidade. Os holandeses (Flamengos) entraram com o capital nesse empreendimento, ficando, naturalmente, com a maior parte dos lucros. Os Flamengos controlavam o transporte, refino e distribuição do açúcar. Amsterdã era o centro da poderosa burguesia flamenga.

De lá saía o capital que Portugal aplicava no transporte de colonos, equipamentos nas montagens dos engenhos e no fornecimento de escravos africanos. Como a metrópole não tinha um excedente demográfico, tornava-se difícil a instalação do trabalho assalariado. Além disso, existiam farturas de terras no Brasil. Se o trabalho fosse livre, desenvolver-se-ia um sistema minifundiário (pequena propriedade), e isto era contra o colonizador português de origem e formação aristocrática (BASTOS e SILVA, 1976, p. 38).

O ouro, produto de maior interesse dos lusitanos, só foi explorado em meados do século XVIII na região de Minas Gerais. Nesse contexto, o centro econômico passa do Nordeste para o Sudeste. O trabalho continua sendo escravo vindo da África. Com o intuito de obter mais lucro a Coroa Portuguesa cria uma série de impostos e taxas com a exploração do ouro no Brasil.

Skidmore relata que no século XVI os escravos que foram trazidos para o Brasil eram da Senegâmbia. Já no século XVII era mais comum a vinda de escravos das regiões de Angola e do Congo.

Esses escravos não só trabalhavam nas lavouras. Eles labutavam na criação de gado, na região de Minas Gerais e na cultura extrativista da Bacia Amazônica como também na

construção e nos serviços domésticos. Gilberto Freyre citado em Skidmore afirma que há uma diferença em se tratando dos escravos domésticos e os do campo, os primeiros tinham mais liberdade e maiores privilégios. Mas ambos trabalhavam sobre pressão dos senhores ou autoridades do Estado. Os escravos na época da colheita eram maltratados trabalhando de sol a sol. Existiram casos de fazendeiros que por “ofensas insignificantes jogavam vivos seus escravos na fogueira, ou os matavam de várias maneiras bárbaras e desumanas” (SKIDMORE, 1998, p. 34).

Muitos escravos para terem sua liberdade, sabotaram máquinas, escapavam para o interior, outros formavam comunidades de foragidos chamados quilombos. No Brasil o mais famoso foi o dos Palmares localizado no estado de Alagoas, tendo como líder Zumbi.

Mesmo com a resistência e as constantes fugas dos escravos, os portugueses entendiam que a escravidão continuava sendo essencial ao futuro do país.

Em 1830, o Brasil era a maior economia de escravos do mundo, com mais escravos do que pessoas livres (SKIDMORE, 1998, p. 78). A situação de vida deles era precária. Havia mais escravos do que escravas, nesse caso, reduzindo a reprodução.

O comércio de escravos durou muito tempo no Brasil vindo a ser proibido em 1850 com a lei Eusébio de Queiroz. O jesuíta Antonil citado em Thomas Skidmore afirma que essa proibição não foi favorável para o país, pois os escravos eram “os pés e as mãos” do Brasil e com a proibição do Tráfico Negro dificultou a vida dos fazendeiros reduzindo a economia. A abolição ocorreu quase quatro décadas depois em 1888 com a Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel.

Nesse sentido, os escravos africanos não só deixaram resultados no que diz respeito ao trabalho. Eles também influenciaram na culinária, na música e, principalmente, nos valores multirraciais brasileiros.

2.2. Imigrantes

Com o passar dos tempos, novos personagens foram sendo inseridos no enredo de nossa história. Foram chegando estrangeiros de várias partes do mundo como suíços, espanhóis, italianos, alemães, holandeses, eslavos, coreanos, japoneses dentre outros. Vale destacar que eles ficaram em regiões distintas.

O processo imigratório se deu na década de 1530 com os portugueses, que vieram iniciar o processo do plantio da cana-de-açúcar no Nordeste. A imigração teve maior

intensificação com a chegada da Corte ao Brasil em 1808. A ascensão do café também foi outro fator que incentivou a vinda deles ao país.

Com o fim da escravidão, o Brasil passou a receber uma onda dramática de imigrantes influenciados pelos ricos fazendeiros de café de São Paulo. De início o maior número era vindo da Itália seguido de Portugal.

Durante a onda de imigração para o Brasil que se seguiu à abolição, o maior número vinha da Itália, o segundo maior de Portugal, seguido pela Espanha. Essas origens nacionais teriam implicações interessantes para o futuro da sociedade brasileira. Primeiro, esses imigrantes eram facilmente assimilados pela sociedade e cultura brasileiras. Sua língua, quando não o português, eram próximas a ele, como o eram suas culturas. Por outro lado, eles não eram os fazendeiros *yeomen* anglo-saxões a quem os incentivadores da imigração pareciam frequentemente favorecer. Ao contrário, os espanhóis e italianos vinham do mesmo *ethos* mediterrâneo que os portugueses. (SKIDMORE, 1998, p. 105)

Os imigrantes, segundo Skidmore, ficavam em sua maioria em São Paulo. Alguns iam para o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esses estrangeiros eram em sua maioria da Itália, Alemanha e alguns europeus orientais. Na década de 1908, chegaram imigrantes japoneses instalando-se em São Paulo e Paraná. Muitos desses se tornaram agricultores bem-sucedidos.

Era vasto o campo de atuação dos estrangeiros. Atuavam no setor agrícola, têxtil e metalúrgico. Não se pode negar que a entrada desses estrangeiros contribuiu para o desenvolvimento do Brasil no século XIX.

2.3. Mulheres brancas

Segundo Gilberto Freire, no início da colonização a sociedade brasileira era patriarcal e as mulheres brancas eram tratadas como submissas aos esposos e as escravas suspeitas de atrair a atenção dos maridos.

A estrutura social no século XVI, de acordo com Thomas Skidmore, foi assim estabelecida: no topo estavam os homens brancos de ascendência portuguesa, tipicamente proprietários de terras. Suas esposas, filhos e filhas brancas estavam estritamente subordinados aos seus maridos, pais ou patriarcas.

A mulher no Brasil colônia sofreu muito com a visão medieval de inferioridade feminina. Para os homens da época, o lugar da mulher deveria ser no mundo privado (no lar) cuidando da casa, dos filhos e subordinada ao marido sendo exclusas de qualquer atividade pública.

O perfil da mulher esteve voltado para a relação apenas familiar. As mulheres prestaram bons serviços aos seus senhores, até o uso da sexualidade, pois certamente a falta de mulheres brancas para o casamento e as dificuldades pela Igreja ao casamento inter-racial, fizeram delas excelentes amantes.

Mulheres brancas casáveis estavam continuamente em falta, o que dava aos homens brancos a desculpa para tomar uma índia, africana ou mestiça como parceira, amante e muitas vezes mãe de seus filhos, no que eram atacados pelos missionários. A correspondência dos jesuítas revelava uma virtual obsessão com as mudanças eróticas dos colonos. (SKIDMORE, 1998, p. 40)

As esposas legítimas dos senhores (as *sinhás*) além de cuidarem dos filhos legítimos eram obrigadas a conviverem com os filhos de seus esposos com outras mulheres (as escravas).

As mulheres ricas durante o período colonial, segundo Miridan Knox Falci, não iam à missa a não ser acompanhadas por um ou dois de seus escravos. Eram poucas suas atividades fora do lar. Cuidavam da educação dos filhos e do bem estar dos maridos. Eram restritas ao “regime doméstico da casa”, que consistia em administrar os escravos, arranjar uma caixa de roupas, coser uma camisa e tratar de seus enfeites. A mulher de elite tinha o papel de adotar regras além de vigiar a castidade dos filhos, cuidava também do comportamento da prole. Tinham tempo livre para se dedicarem à leitura, aula de piano, dança, bordado e costura, ou seja, dedicavam-se a diversas atividades.

No Brasil colonial, era diferente modo de se vestir como também os adereços utilizados pelas mulheres: mulheres ricas (*sinhás*) e mulheres pobres. As escravas pertencentes aos ricos, que por *ufania* faziam questão de vesti-las bem.

O tecido e a forma do vestido indicavam o mundo em que vivia a mulher: as abastadas exibiam sedas, veludos, serafinas, cassa, filós, debruados de ouro e prata, musselinas; as pobres contentavam-se com raxa de algodão, baeta negra, picote, xales baratos e pouca coisa mais; as escravas estavam limitadas a uma saia de chita, riscado ou zuarte, uma camisa de cassa grossa ou vestido de linho, ganga ou baeta. Além de chapéus variados, as mulheres ricas caprichavam no penteado. Nuno Marques Pereira afirma que em sua juventude, quando era ainda “bem rapaz” (ele nasceu em 1652), a moda “pata” impunha o cabelo armado com arames; segundo ele, essas armações foram crescendo tanto, “que para poder entrar uma mulher com enfeite nas igrejas eram necessário que estivessem as portas desimpedidas de gente”. Não seria o caso das mulheres pobres que, na observação do marquês de Lavradio, em 1768, andavam pelas ruas de Salvador “quase nuas a pouco mais de meia cintura para cima, e porque as camisas são feitas em tal desgarre que o ombro e peito daquela parte é necessário que ande aparecendo todo”. (ARAÚJO, 2007, p. 54-55)

Percebe-se que as mulheres pobres não se preocupavam com seu modo de vestir quando saíam às ruas, enquanto que as ricas andavam muito bem vestidas e penteadas. Para o

padre José de Anchieta, segundo Emanuel Araújo, as mulheres da colônia “vestiam muitas sedas e jóias”.

Conforme relata Miridan Knox Falci, as mulheres menos favorecidas: viúvas e pobres faziam doce por encomenda, davam aula de piano, faziam arranjos etc. Essas atividades não eram bem vistas já que na época não era necessário a mulher ganhar dinheiro. As mais pobres eram costureiras, rendeiras e também trabalhavam na roça. As escravas trabalhavam mais no roçado, e eram aproveitadas para outras tarefas. Começavam trabalhar logo cedo devido à escassez de escravos, eram obrigadas a fazerem um pouco de tudo.

Quanto ao casamento, era diferenciado o da moça pobre e da rica. O da senhorita pobre não era arranjado e nem envolvia dotes. A união entre homem e mulher tinha valor mesmo não tendo as mesmas conotações dos ricos.

No caso do nordeste colonial, especialmente em se tratando de mulheres brancas ou de famílias importantes, a tirania dos pais de que nos fala Gilberto Freyre, talvez fosse mesmo capaz de afastar meninas e moças do convívio dos rapazes, a virgindade sendo um atributo mais que relevante para arranjar o casamento das filhas. Deleitando-se entre si quando moças, a verdade é que o grande objetivo das mulheres era mesmo casar. Depois de casadas, deixariam os amores proibidos da juventude. E assim ocorreram com a maioria das mulheres que confessaram ter experiências homoeróticas antes do casamento. (ARAÚJO, 2007, p. 126-127)

As mulheres grávidas (guaranis) não comiam carne de animal cujas características pudessem ter influência nefasta no desenvolvimento e no aspecto físico da criança. As mulheres brasileiras tinham enormes cuidados para com seus filhos como afirma Ronald Raminelli:

Algumas práticas mágicas eram empregadas pelas mulheres ao longo da educação dos filhos. Nos momentos de choro contínuo, as mães punham algodão, penas ou madeira sobre a cabeça dos pequenos. O cronista Cardim conta que, para ajudar no crescimento, elas colocavam os recém-nascidos na palma da mão, massageando-os fortemente. Os filhos eram amamentados durante um ano e meio e, neste período, eram transportados em pedaços de pano conhecidos como *typoia* ou *typyia*. Mesmo trabalhando nas roças, as mães não se apartavam dos filhos: carregavam as crianças nas costas ou encaixavam-nas nos quadris. (RAMINELLI, 2007, p. 14)

No que diz respeito ao comportamento, as mulheres desde a colônia já praticavam adultério. Alguns padres temiam que elas fossem à igreja para traírem seus esposos com eles, mas elas preferiam os viajantes.

Ao cometerem adultério as mulheres seriam punidas como afirma Skidmore:

Desse modo, o Brasil colonial herdou a posição inferior que a sociedade portuguesa relegara às mulheres excluindo-as de qualquer papel público, estatal ou eclesiástico. Um decreto em particular dava poder ao marido para, no caso de descoberta (ou suspeita) de adultério, matar a esposa e o adúltero. O que é fascinante é a cláusula desse decreto: “Achando o homem casado sua mulher em adultério, licitamente poderá matar assim a ela como ao adúltero, salvo se o marido for peão e o adúltero Fidalgo, ou nosso Desembargador, ou pessoa de maior qualidade”. (SKIDMORE, 1998, p. 40)

A Igreja também perseguiu as mulheres, pois, elas na ausência de médicos e cirurgiões atuaram com seus conhecimentos informais de como tratar do próprio corpo. Esse conhecimento era passado de mãe para filha e, necessário para sobrevivência de costumes e das tradições femininas. Com suas palavras e ervas mágicas as benzedadeiras e as curandeiras ficaram na mira da Igreja. Para ela essas práticas eram coisa satânica.

Aplicar alguns remédios aos enfermos curando com ervas e raízes que suas experiências lhes administram, as quais são toleradas pelas justiças pela penúria e falta de médicos e professores de medicina, aplicando ervas e raízes por ignorarem os remédios. (DEL PRIORE, 2007, p. 81)

Diante dessas informações, percebe-se que no Brasil colônia, existia antagonismos no que diz respeito às mulheres de elite com relação às pobres, tanto no modo de vestir como nas atividades exercidas por elas.

Nesse contexto, é pertinente ressaltar que o papel exercido pelo universo feminino durante os momentos áureos da nossa história sempre foi de fundamental importância, entretanto, a forma como a história marginaliza a mulher está intimamente ligada à visão paternalista, privilegiando não a mulher em si, mas a visão que o homem exerce sobre ela.

CAPÍTULO III

O BRASIL INDEPENDENTE

3.1. A Independência e o Primeiro Reinado

A Inglaterra constituíra-se no maior óbice às penetrações imperialistas de Napoleão Bonaparte. Mister fazia-se derrotá-la, para tanto, os estrategistas franceses imaginaram o bloqueio continental, espécie de guerra indireta, que visa a desorganizar a economia inglesa. Fechar todo o velho continente as manufaturas inglesas, seu principal mercado – configura-se, sem dúvida, a melhor solução para impor a Europa toda a hegemonia francesa sem contestação. Todavia, a dinâmica da economia inglesa assentada em uma grande e sólida estrutura fabril torna o bloqueio impraticável: a França napoleônica militarizada não dispõe de fundamentos econômicos que lhe permitam ocupar a posição econômica inglesa, que a colocava como é o fundamental da economia mundial e, portanto, da Europa.

Segundo o historiador Nelson Werneck Sodré:

Na Europa, “a área mais vulnerável à penetração britânica estava na Península Ibérica e particularmente, no reino de Portugal, tradicional aliado inglês e país submetido à expansão comercial comandada por Londres. Assim em agosto de 1807, o governo de Lisboa recebia a nota franco-espanhola exigindo que Portugal declarasse guerra à Grã-Bretanha, fechasse seus portos aos ingleses, retirasse seu representante britânico de Lisboa, prendessem os súditos ingleses no país e confiscasse seus bens”. (KOSHIBA e PEREIRA, 1984. p. 112)

3.2. Política e economia antes e depois D. João VI

A política econômica que ocorre com D. João VI, relacionado ao comércio externo brasileiro, oscila entre a liberação e restrições de ordem mercantilista. O comércio livre interessa principalmente a camada senhorial, a burguesia inglesa e, de certa forma, ao próprio Estado português no momento sediado no Brasil. As restrições do mercantilismo por sua vez, são de vivo interesse da burguesia colonialista de Portugal e, de certa forma, ao Estado Português Brasileiro. Contudo, não conseguiram manter a prática mercantilista na sua totalidade, nem fazer adoção integralmente do livre cambismo, que anularia toda fundamentação do Estado colonizador, a política econômica de D. João VI tinha na verdade que expressar as contradições ditadas pelas circunstâncias históricas vividas.

No estudo de Skidmore em **Uma História do Brasil**, a vinda da Corte para o Brasil não foi uma decisão tomada repentinamente. Essa idéia já havia sido discutida há mais de 150 anos. Em novembro de 1807 veio toda a Corte e mais de 10 mil cortesãos e agregados em 46 navios, com quatro belonaves da Royal Navy para proteger a comitiva durante a viagem.

A frota chegou a Salvador no litoral nordestino em janeiro de 1808. A população baiana, em boa parte negra e mulata, saudou a chegada da corte com celebrações. A realeza portuguesa ficou chocada com o quanto primitiva era a cidade, em particular com as acomodações, e não perdeu tempo em confiscar as melhores casas da Bahia. Para os habitantes de Salvador a cena deve ter sido de fato bizarra: uma rainha louca, um regente obeso e milhares de cortesãos desalinados e consternados com o novo mundo que viam diante de si depois de suntuosos palácios de Portugal. (SKIDMORE, 1998, p. 57-58)

Passando cerca de um mês na Bahia, em fevereiro a corte zarpa para o centro administrativo da colônia – Rio de Janeiro, onde o príncipe decidiu ficar. Chegando ao Rio se depararam com as mesmas condições de alojamento, mas, proeminentes habitantes do Rio ofertaram suas grandes casas e a corte de imediato aceitou. A corte ainda se deparou com muitos negros, mulatos e mestiços, maioria da população colonial.

Logo que chega ao Brasil D. João VI é obrigado a tomar medidas que visam antes de qualquer coisa, a criação de condições que possam viabilizar a sobrevivência do Estado. A Abertura dos Portos ainda na Bahia em 1808 visava exatamente isso. E logo que chega ao Rio de Janeiro:

Uma vez no Rio, o príncipe fundou um pequeno grupo de novas instituições, incluindo a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico, o Banco do Brasil e faculdades médicas na Bahia e no Rio de Janeiro. A Coroa também instalou as primeiras tipografias, libertando a colônia de seu longo isolamento intelectual. (SKIDMORE, 1998, p. 58)

Segundo Tomas Skidmore entre 1808 e 1822, com a chegada da Corte ao Brasil atraindo negócios e imigrantes, a população do Rio de Janeiro dobrou de 50 mil para 100 mil habitantes. Enquanto em Portugal os ricos insistiam no retorno da corte.

No que se refere à economia colonial brasileira destacaram-se vários produtos, porém, o primeiro a ser explorado foi o pau-brasil como afirma Skidmore:

A economia do Brasil colonial teve início, [...] como uma série de postos comerciais toscamente construídos (conhecidos como feitorias) ao longo do litoral – de Pernambuco no norte a São Vicente (São Paulo atual) no sul. O pau-brasil foi a primeira principal exportação dos colonos do Brasil, acompanhado por itens mais exóticos como papagaios e peles de animais. Em troca os portugueses entregavam artigos básicos, como roupas e ferramentas. O pau-brasil apreciado por suas qualidades corantes, era uma mercadoria valorizada na Europa, sendo o produto de

exportação que finalmente deu ao Brasil seu nome. (O primeiro nome do país, Vera Cruz, mergulhou piedosamente no esquecimento.) (SKIDMORE, 1998, p. 36)

Em 1530, com a crescente atividade de colonização lusitana, tendo como principal plantio à cana-de-açúcar em enormes fazendas de ricos fazendeiros se deu a origem à criação das capitanias hereditárias e a doação de terras menores (sesmarias).

Segundo Luciano Figueiredo, em Minas Gerais por volta de 1728-1745 às mulheres ganhavam sesmarias, porém, eram bem menores com relação as concedidas aos homens.

No início do século XVII, o Brasil foi o maior exportador de açúcar do mundo representando ao país 90% a 95% do ganho em exportação. Mesmo declinando no século XVIII o açúcar ainda respondia a 15% de exportação. O açúcar colocou o Brasil no caminho de uma economia de monocultura agrícola na era colonial e até mesmo no século XX (SKIDMORE, 1998, p. 36).

Pelo fato da demanda internacional ser muito grande, a maior produção exportada para o mercado europeu que era dominado pela produção açucareira antilhana comandada pelos holandeses. A produção do açúcar demandava muita mão-de-obra e, face a fragilidade do trabalho indígena, fez-se necessário a importação de trabalhadores vindos do continente africano.

Skidmore afirma que a economia rural utilizada no Nordeste brasileiro foi à criação de gado fornecendo energia animal, carne, fertilizante natural e couro. Nos séculos XVI e XVII, essa criação foi de tamanha importância às regiões açucareiras que consumiam os produtos do gado.

Com o declínio do açúcar, na década de 1690, os portugueses conseguiram o ouro tanto almejado. Os lusitanos queriam o metal, por ser a moeda corrente decisiva do mercado europeu.

Quando descoberto o ouro nas minas, ocorreu um fluxo muito grande de migrantes, principalmente do Nordeste. Nesse caso, Minas Gerais em pouco tempo teve um crescimento muito rápido considerado maior do século XVIII no país. Além de migrantes brasileiros vieram muitos portugueses que a Corte quis barrá-los, porém, não logrando êxito. “Em algumas décadas o Brasil tornou-se o maior produtor mundial de ouro e por volta da década de 1720 também começou a produzir diamantes. Finalmente Portugal podia desfrutar da prosperidade que a Espanha alcançara séculos antes”. (SKIDMORE, 1998, p. 38)

Skidmore ainda afirma que essa grande produção de ouro e diamantes foi de tamanha importância para o florescimento da cultura no Centro-Sul do Brasil

Segundo Luciano Figueiredo, muitas mulheres trabalhavam como vendedoras nas minas como também carregavam gamelas. Elas eram tidas como um perigo na região como afirma Antonil.

O jesuíta italiano Antonil, que chega ao Brasil em fins do século XVII para cuidar dos negócios da Companhia de Jesus, percebe os prejuízos que a presença feminina nas áreas de mineração causaria ao facilitar que escravos mineradores adquirissem bebidas e gêneros comestíveis ou desviassem o ouro minerado [...] (FIGUEIREDO, 2007, p. 146)

A participação feminina no Brasil colônia não se deu apenas nas minas. As mulheres desde o início da colonização atuavam no comércio:

A presença feminina foi sempre destacada no exercício do pequeno comércio em vilas e cidades do Brasil colonial. Desde os primeiros tempos, em lugares como Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, estabeleceu-se uma divisão de trabalho assentada em critérios sexuais, em que o comércio ambulante representava ocupação preponderantemente feminina. A quase exclusiva presença de mulheres num mercado onde se consumia gêneros a varejo, produzidos muitas vezes na própria região colonial, resultou da convergência de duas referências culturais determinantes no Brasil. (FIGUEIREDO, 2007, p. 144)

Assim como na plantação do açúcar no Nordeste foi necessário a vinda de escravos da África, com o ouro nas minas ocorreu o mesmo como também novos suprimentos do comércio de escravos do Atlântico Sul.

Conforme Skidmore, os produtos tropicais como o açúcar, o algodão, o tabaco, assim como o ouro não estimularam para o crescimento econômico de ampla base necessário para a industrialização. Este último, por exemplo, ajudou na construção de igrejas como também custeou as despesas da corte.

Portanto, no que diz respeito ao nexos da economia colonial brasileira destacou-se a monocultura agrícola extensiva e baseada no trabalho escravo, concentrada primeiramente no Nordeste, pois foi nessa região que tudo teve início. Ressalte-se ainda a mineração que teve papel importantíssimo na economia colonial brasileira, a ponto de ser determinante na transferência da capital da colônia de Salvador (Bahia) para o Rio de Janeiro.

3.3. A Revolução Liberal e o retorno de D. João VI

A situação em Portugal durante a permanência de D. João VI no Rio de Janeiro, tornou-se crítica e difícil de ser sustentada. Além da ausência do rei, o país estava completamente abandonado. Justamente por isso, os portugueses se sentiam preteridos pelos

brasileiros. Portugal estava reduzido quase que à condição de colônia e governado por uma junta que rendia autoridade ao general inglês Beresford, por isso, seus habitantes viam seus direitos e privilégios serem paulatinamente transferidos para o Brasil.

No mês de agosto de 1820, a Revolução Liberal teve início na cidade do Porto, com o apoio de importante seguimento das Forças Armadas. O movimento espalhou-se rapidamente e outras localidades portuguesas aderiram à Revolução. Os insurgentes fizeram contato com simpatizantes em Lisboa, formando inclusive um governo transitório. A Revolução caminhava para o parlamentarismo. As cortes foram convocadas.

As repercussões da Revolução do Rio de Janeiro e adesão de muitos brasileiros ao movimento constitucionalista obrigariam D. João VI a decidir-se pelo retorno, o que ocorre em abril de 1821, antes recomendando Dom Pedro a quem nomeara príncipe regente para administrar o Brasil, que se houvesse rompimento entre os dois reinos seu filho deveria escolher o Brasil.

As cortes, reunindo-se então em uma sessão truncada com alguns delegados brasileiros ausentes, adotaram uma postura agressiva em relação ao Brasil, com o intuito de restaurá-lo à posição colonial subserviente. As Cortes propunham dividir o reino brasileiro em unidades separadas, cada uma respondendo diretamente a Portugal. A elite brasileira reagiu como era esperado e enfureceu-se diante da sugestão de que o *status* do Brasil como um co-reino pudesse ser revogado – uma reação que não impressionou os líderes nas Cortes. Para estes, a família real deveria ser o instrumento para a recuperação da autoridade portuguesa sobre o Brasil, e com essa estratégia as Cortes ordenaram o retorno de Pedro I a Portugal. Mas Pedro recusou-se a cooperar. Em 9 de janeiro de 1822, ele seguiu o conselho que seu pai lhe dera ao partir – proclamando, segundo a lenda, “Fico!”. Desse modo a América portuguesa assumiu um caminho histórico único. Nenhuma outra ex-colônia houvera adotado como seu monarca um membro da família governante do próprio país contra o qual se rebelava. (SKIDMORE, 1998, p. 59-60)

3.4. A Independência

A Independência do Brasil, da forma como ocorreu, foi um processo quase que original. As razões que levaram o príncipe regente herdeiro do trono português, a dirigir a independência de sua colônia mais importante praticamente não tem paralelo na história de qualquer outro país.

Todavia é fácil entendê-las quando se faz o exame da crise surgida pela Revolução Constitucionalista do Porto. Esgotado pela luta contra os franceses invasores e pela dominação britânica que se seguiu, só havia uma saída para Portugal: fazer o Brasil retornar a condição de colônia, anulando a autonomia que Dom João VI lhe havia concedido a partir da transmigração da Corte.

Quando os líderes da cidade do Porto tomaram o poder em 1820, foi essa a solução que pensaram para debelar a crise da economia portuguesa; desta forma, uma revolução antiabsolutista e liberal via-se num papel nitidamente colonialista e reacionário. Em contra partida, a dinastia dos Bragança defendia a posição de Reino Unido a que o Brasil havia sido elevado, desde 1815. Era, portanto, uma curiosa inversão de papéis. Com medo de perder seus benefícios e a liberdade de comércio concedido por D. João VI, a aristocracia rural brasileira entendeu por fim que a emancipação era a única saída. Porém, outro pesadelo perturbava seu sono: a possibilidade de uma guerra com Portugal, que poderia provocar mobilizações populares e até revolucionar a base da sociedade escravista.

Equilibrando-se entre esses dois pontos extremos, a aristocracia buscou em D. Pedro, o então regente, sua tábua de salvação. Assim, a independência aconteceu sem grandes abalos e a sociedade permaneceu escravista. Frise-se, porém, que alguns brasileiros, mesmo integrantes da elite agrária, almejavam uma independência liberal e republicana; são exemplos: a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana, a Insurreição Pernambucana e as Agitações de 1821. Os liberais radicais, no entanto, foram derrotados ou assimilados durante o Período Regencial de D. Pedro. Venceu o setor majoritário da oligarquia agrária a quem coube conduzir o processo de Independência.

3.5. O Primeiro Reinado e a abdicação de D. Pedro

Passado os primeiros momentos após a Independência, a lua de mel com as elites brasileiras começou a acabar quando o rei revelara seu ranço absolutista. A dissolução da assembléia constituinte em novembro de 1823 foi o primeiro sinal patente das intenções de D. Pedro. Foram suprimidas algumas conquistas liberais.

A Confederação do Equador, em 1824, foi reprimida violentamente, instalando-se um verdadeiro regime de terror. Mas uma vez, de forma violenta e autoritária foi conservada a unidade territorial brasileira. E nesta oportunidade, porém, vários dos que lutaram pela emancipação política de sua pátria foram barbaramente executados.

Tudo isso e mais a intervenção de D. Pedro na região platina, a proteção que ele dispensava aos portugueses e sua preocupação com os problemas do trono português de sua filha D. Maria da Glória que sucedera D. João VI após a sua morte, fizeram desencadear sobre o jovem imperador várias insubordinações regionais e, principalmente, uma violenta oposição dos grupos políticos do Rio de Janeiro. De acordo com Thomas Skidmore, D. Pedro, face a esse ambiente totalmente adverso, abdicou em 7 de abril de 1831, em favor do seu filho D.

Pedro II de apenas 5 anos de idade. Assim, acabou o Primeiro Reinado e iniciou-se outro período de nossa história: o Período Regencial.

3.6. A mulher no Primeiro Reinado

Enquanto a marquesa de Santos “escandalizava” a Corte com seu romance com D. Pedro, intrometendo-se inclusive nos assuntos da política, a mulher brasileira da elite dominante vivia ainda totalmente submissa à indiscutível autoridade de seu pai ou marido. Logo que vinha ao mundo era criada e orientada para ser mãe de família; entre os 13 e 15 anos, tinha o seu primeiro filho; aos 20 anos, se ainda não tivesse casada era considerada já “velha solteirona”. Qualquer suspeita de desobediência aos seus onipotentes senhores eram duramente punidas. Mesmo assim, de acordo com a socióloga Heleieth I. B. Saffioti em seu livro **A Mulher na Sociedade de Classes**, “havia aquelas que com o auxílio de escravas conseguiam levar ao bom termo algumas aventuras amorosas”. Corriam, porém, grandes riscos “já que havia, de um lado, mil olhos a vigiarem-nas e, de outro lado, a solidariedade da escrava era suscetível de rompimento a qualquer instante”. (SAGA, 1981, p. 122).

A mulher da elite jamais saía de casa sozinha, vestia-se sempre com severa elegância e devia falar de maneira interessante e polida – embora quase sempre não tivesse instrução suficiente para tanto. Seus estudos limitavam-se a poucas noções de aritmética, religião e língua pátria, além de costura e bordado. Não sabia nada sobre política, economia, convulsões sociais; até as finanças domésticas não eram do seu conhecimento – exceto quando o marido por algum motivo tinha que se ausentar de casa e conseqüentemente passava-lhe algumas informações essenciais para que a família não padecesse fome.

Em São Paulo, essa situação ocorria mais do que em outras províncias, já que os homens no geral eram simultaneamente fazendeiros, comerciantes e políticos. Dentro deste contexto patriarcal, a marquesa de Santos só podia ser encarada com um misto de medo e aversão, tanto pelas mulheres tanto pelos homens que delas cuidavam incapazes de compreender o tipo de vida da favorita do imperador.

É sempre bom lembrar que o Estado Joanino no Brasil era escravagista e a situação das mulheres era determinada por uma estrutura que já vinha desde o período colonial. Vejamos o que diz Laurentino Gomes citando Carl Seidler.

Madame tem suas escravas – duas, três, seis ou oito, conforme o infeliz esposo abrir a bolsa. Essas criadas negras nunca podem arredar-se da imediata proximidade de sua severa dona. Devem entender-lhe e até interpretar-lhe o olhar. Seria demais

exigir que a senhora, fosse essa mulher de um simples vendeiro, se sirva ela mesma de um copo d'água, ainda que o jarro esteja junto dela sobre a mesa. É tão doce poder tyranizar! De cozinhar e lavar, nem se fale: para semelhante trabalho de escravos Deus criou os negros... (GOMES, 2010, p. 72)

Nesse sentido, deve-se mencionar que durante a colonização e o império, as preocupações ficaram voltadas para os fatores ligados as relações de produção. Esses períodos foram organizados sobre a égide dos interesses de Portugal em relação às possibilidades econômicas que o Brasil poderia/deveria proporcionar. O foco dessa periodização não era pensar a sociedade do ponto de vista de seus representantes básicos, nesse caso a mulher não tem, historicamente falando, um espaço próprio. O que é possível perceber sobre as mulheres é que suas funções restringiam a funções domésticas, sendo apenas figurantes e jamais protagonistas dos enredos históricos das épocas outrora mencionadas.

CAPÍTULO IV

MULHERES NA REPÚBLICA

4.1. O papel da mulher em épocas republicanas

No século XIX percebe-se um novo modelo normativo de mulher, seu perfil está voltado para novas formas de comportamento e de etiqueta. Essa roupagem diferenciada passa a inserir a mulher não somente como auxiliadora doméstica, mas principalmente como membro de uma sociedade capitalista que exalta a classe trabalhadora e que participa das atividades dinâmicas de uma burguesia em estado de consolidação e ascensão.

As mulheres que fossem economicamente ativas deveriam atender a algumas exigências do seu meio social, especialmente no que se refere a um bom preparo para a educação e o casamento. Suas preocupações ainda perpassavam pelos valores estéticos, pelos estilos comportamentais, sem abandonar o cargo de responsável pelo lar e pela família.

Algumas dessas mulheres passaram a ser incorporadas em outros cenários, como por exemplo, nos escritórios comerciais, nas fábricas, nos serviços em lojas, nas casas elegantes ou em companhia telefônica.

Paulatinamente, as mulheres passaram a ocupar os espaços urbanos fugindo um pouco da esfera privada. Em função disso, serão acusadas de abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado e das longas horas de trabalho.

Todo um discurso moralista e filantrópico acena para ela de vários pontos do social, com o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize. Tais perspectivas de trabalho profissional ameaçam a então atividade específica da mulher, afinal de contas a mulher deveria somente dedicar-se à carreira doméstica e não a trabalhos profissionais.

Apesar do movimento operário ser exclusivamente liderado por homens sabe-se que a maioria dos trabalhadores eram compreendidos por mulheres e crianças no começo do século XIX. Esse fato redimensionou um novo perfil adotado pela mulher. Sua nova atuação social provocou uma verdadeira revolução nos comportamentos até então específicos da mulher submissa.

No Brasil, em meados do século XIX, verifica-se a baixa taxa de sindicalização de mulheres, (afinal as trabalhadoras eram também donas-de-casa e mães), como também a dificuldade que elas tinham de ingressar no mundo masculino. Inclusive nas sedes desses

movimentos, suas ideologias ficavam subordinadas aos líderes (masculinos), pois as visões paternalistas ainda compreendiam a mulher apenas como filhas, esposas ou mães.

A Luta proletária de 4-3 1908, afirmava:

Convém notar que nessa fábrica (de fósforo A Paulicéias) estão empregados meninos de 7 anos para cima e grande quantidade de mulheres. Os homens são ali muito poucos, pois são preferidas as mulheres e as crianças, que se sujeitam com mais facilidade a todas as ladroeiras. (RAGO, 1985, p. 64)

Neste caso, a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devota e íntegra, implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual.

Até pouco tempo atrás, os cursos de especialização profissional, técnicos e universitários, estavam praticamente fechados às mulheres. Suas carreiras estavam destinadas aos cargos de professoras primárias, enfermeiras, no caso as que tinham acesso a instrução e, domésticas, operárias, costureiras, datilógrafas e telefonistas nas camadas mais baixas. Ou seja, a atuação das mulheres fora do lar foi de ajudante e assistente, submissa ao seu chefe em categorias sempre a margem.

A mulher operária tinha participação em diferentes atividades na fábrica, porém, vários trabalhos eram interditados a ela inclusive o de chefia.

Segundo Margareth Rago, esse novo modo de organização familiar, capaz de paulatinamente proporcionar a emancipação da mulher foi defendido veementemente pela ideologia anarquista.

Várias vozes se levantaram entre os libertários defendendo os direitos da mulher buscando conscientizá-la de sua libertação numa sociedade opressora e machista, anunciando maternidade voluntária, a igualdade de direitos entre os sexos e eliminação da prostituição.

Os anarquistas defendem a libertação da mulher em todos os planos da vida social, desde as relações de trabalho até as familiares. Para eles, elas devem lutar pelos seus direitos de crescimento social, completo e integral. Mesmo conseguindo o direito de voto, elas não deixaram de ser humilhadas pelo sexo forte e prepotente que é o masculino. As mulheres lutam pela sua emancipação para livrar-se do modelo burguês que lhe é imposto e deve construir uma nova figura negadora totalmente diferente daquela forjada pela representação do projeto inovador da sociedade burguesa e masculina.

No que diz respeito à luta pela reivindicação dos direitos da mulher trabalhadora seria compreensível que fosse colocada em primeiro plano a proibição do trabalho noturno - considerado imoral para o sexo feminino, e a garantia à maternidade. Muitas mulheres foram demitidas acusadas de roubo e sabotagem.

De acordo com Margareth Rago, em 1906, mulheres e crianças que trabalhavam numa fábrica de tecidos entraram em greve “por causa do rebaixamento de suas tarifas de fome”. Logo depois, costureiras também iniciaram greve. Quando as costureiras ou qualquer outra funcionária pedia aumento de salário e era negado, elas de imediato iniciavam uma greve. Mocinhas juntamente com as crianças reivindicavam nas ruas melhores condições de trabalho.

Desde o início do século XIX que a mulher é a principal responsável pelo pedido do divórcio ou anulação do matrimônio.

Segundo Catarina Cecin Gazeli, os direitos das mulheres no Brasil, foram conquistados e construídos a partir da compreensão da condição feminina. E estas conquistas foram de suma importância para o objeto de pesquisa da historiografia das mulheres. Na luta por esses direitos, destaca-se no século XIX, Nísia Augusta Floresta da Silva.

Na França, após 200 anos da Revolução Francesa, segundo Catarina Cecin, a historiografia francesa registrou para o mundo um documento de grande relevância para a história social. Cuida-se da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de autoria de Mary Olympe de Gouges, ativista revolucionária morta na guilhotina por ter liderado um grupo de mulheres que se opuseram ao que ocorreu logo após a Revolução Francesa. “As mulheres tiveram fundamental atuação naquela época, expondo-se nos espaços públicos que lhe eram proibidos. A tudo estavam atentas e freqüentavam os tribunais, participando das discussões acerca de liberdade, fraternidade e igualdade”. (GAZELI, p. 114, 2005)

De acordo com Catarina Cecin Gazeli, Olympe de Gouges, lutou pelo sufrágio feminino, era contra pena de morte e defendia a abolição da escravidão dos negros, além do mais ela escrevia para um jornal alertando as mulheres sobre a necessidade de uma atuação na vida pública.

O conhecimento dessa feminista francesa abriu uma luta pelos direitos femininos. Após a Revolução Industrial, as mulheres brasileiras engajaram-se na luta política. Com a colaboração de Nísia Floresta ao traduzir o livro **Vindication of the Rights of Women** da inglesa Mary Wollstonecraft, essa tradução deflagrou uma grande repercussão na época, pois ela desviou-se na conclusão da obra afirmando que não pretendia revoltar as mulheres contra os homens.

A partir da segunda metade do século XIX, as mulheres brasileiras passaram a lutar pelos direitos políticos, ou seja, de votar e ser votada. Mas, isso só vem ocorrer, de fato, na década de 1932. Esta conquista foi importante para a mulher, pois foi um passo a mais na luta pela sua cidadania plena.

Céli Regina Jardim Pinto (2003) aponta a primeira fase do feminismo no Brasil como sendo justamente a luta sufragista que teve a liderança de Bertha Lutz a partir da década de 1920. Bertha nasceu em 1894, em São Paulo, e faleceu em 1976, na cidade do Rio de Janeiro. Candidatou-se a deputada pelo partido da Liga Eleitoral Independente. No século XIX, em 1881, uma dentista gaúcha, Isabel de Sousa Matos, requereu o direito de alistar-se com base em lei que facultava o voto aos detentores de títulos científicos. Somente em 1890, na cidade do Rio de Janeiro, a dentista obteve direito que adquirira no Rio Grande do Sul suspenso. (GAZELI, p. 115, 2005)

Segundo Catarina Cecin Gazeli, na Constituição Brasileira de 1891, em seu artigo 70, não elencou a mulher como impedida de votar. Mas essa omissão não significou que a mulher conseguisse alistamento. O problema foi devido à interpretação no que tange a palavra “cidadão” que era relacionado apenas para o homem.

Maria Lacerda de Moura, segundo Catarina Cecin Gazeli, foi outra mulher que se destacou na luta pelos direitos das mulheres. Ela foi professora e escritora. Foi presidente da Federação Internacional Feminina, entidade nascida pela força feminina em Santos - São Paulo participou afetivamente da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher.

Cronologicamente, só a partir do século XX é que a mulher começa a ganhar mais espaço em vários setores, além do mais, ela passa a ter mais liberdade fora do cenário familiar.

De acordo com Gilka Buril Weber, muitas mulheres se destacaram no Brasil ainda no século XIX, podemos citar a pernambucana D. Leonor Porto, que mesmo sem instruções organizava reuniões pós-abolição, e D. Olegária Mariano, que auxiliava escravos a fugirem para o Ceará.

A primeira mulher a se tornar médica no Brasil segundo Gilka Buril Weber, foi Maria Augusta Generoso Estrela, nos Estados Unidos, em 1881, já que aqui no Brasil não lhe foi concedido acesso aos estudos. Rita Lobato Velho Lopes, tornou-se a primeira doutora na Universidade da Bahia.

Após um longo período no qual a mulher foi considerada como “objeto” do homem, com o surgimento da civilização tecnológica ela passa a atuar em repartições que antes só era de atuação masculina. Mas em países desenvolvidos essa mudança é ainda mais rápida.

Nesse sentido, vale lembrar que independentemente da época mencionada, a mulher é vista como parte de um processo de submissão masculinizadora e essa visão restrita é atribuída aos homens, pois para eles a mulher fora do domicílio ocasiona desagregação e desestruturação.

4.2. Luta das mulheres francesas para ingressarem na esfera pública

Assim como no Brasil e em outras partes do mundo, as mulheres francesas sofreram preconceitos para conseguirem atuar na esfera pública.

Em sua obra, **Os Excluídos da História**, Michele Perrot mostra que as mulheres francesas assim como as brasileiras vêm desde a Revolução Industrial lutando pelo seu ingresso no espaço público. Durante cinco anos um grupo de mulheres agitou um bairro de Paris em defesa de emprego. Elas se revoltam, pois, as máquinas fazem o trabalho de seis operárias tirando seus empregos e reduzindo os salários.

Para destruírem as máquinas, as mulheres se unem vários tipos de pessoas, as mulheres juntas com seus filhos e outros membros da sociedade.

As mulheres francesas atuam em várias funções segundo Michelle Perrot. Dona-de-casa, além de exercer a função do lar cuidando dos afazeres de casa e cuidando dos filhos, elas procuram de toda forma trabalhar para conseguirem dinheiro para ajudar no orçamento da casa. Mas, elas no século XIX ainda continuam sendo “excluídas” de certos trabalhos nas cidades parisienses. Porém, reivindicam e interrogam o porquê de não serem admitidas em certos trabalhos já que elas ajudam os homens em várias atividades. São tão guerreiras e quando querem lutar vestem-se de homens e trabalham em várias funções.

O lavadouro além de ser local de trabalho das mulheres francesas, era também o ponto de encontro para conversas. Por isso, os franceses baseado no modelo inglês criam uma espécie de lavadouro modelo, - autônomos compartimentos - onde as mulheres não podiam conversar, mas não deu certo por que elas boicotaram o lavadouro e o mesmo faliu. Para elas, o lavadouro é de tamanha importância tanto para lavar as roupas quanto para o encontro. O lavadouro também é local onde tenta disciplinar as mulheres rebeldes que são as donas-de-casa do século XIX. De acordo com Le Play, segundo Michelle Perrot, esse “apego” ao lavadouro subtrai as mulheres dos afazeres domésticos. Ou seja, esse trabalho das donas-de-casa torna-se fragmentado e fluído em se tratando de tempo e espaço no pólo oposto do modelo industrial.

Diante das categorias das lavadeiras distinguem-se três. A profissional (lava roupa para as burguesas); as donas-de-casa (lavam suas próprias roupas); e a intermediária (que lavam por peças suas roupas e para terceiros). Há desconfiança em se tratando das lavadeiras profissionais em relação às outras, isso é típico das autoridades. Nos lavadouros tem hora do café e do almoço que é oferecida comida muito barata.

Os lavadouros, segundo Michelle Perrot, servem como ponto de acolhimento, já que as mulheres ajudam aos necessitados (abandonados e mulheres solteiras rejeitadas) a lavadeira é considerada prostituta ou realizadora de abortos e também intermediária entre as mulheres “respeitáveis” e as marginais, ou seja, o lavadouro é o local onde acolhem as que “erram.”. Acolhem as crianças abandonadas.

No final do século XIX, algumas mulheres libertadas da prisão e possíveis prostitutas que lá estavam, aliaram-se aos soldados antigos e organizaram uma oficina de lavadeiras, mas infelizmente é interrompida pela polícia e acabam indo terminar suas penas.

Assim como no Brasil, na França existem críticos em defesa da mulher no lar. De acordo com Michelle Perrot, na ótica de Hegel a mulher é feita para a piedade e o interior. Já Augusto Comte vai mais longe e acredita que elas não estão aptas ao governo e que tem limites: a família e a casa. Ou seja, para eles as mulheres não têm capacidade para trabalharem fora do domicílio e sim atuarem no particular.

As mulheres francesas foram muito criticadas no século XIX, vez que foi criada nova educação para elas. Inexistente na política, pois na visão masculina o lugar delas é o privado, elas têm lugar extremo, quase delirante no imaginário público e privado, seja no “social”, religioso e poético.

Primeiramente, nem todo público é o “político”, nem todo o público é masculino. A presença das mulheres, tão forte na rua do século XVIII, persiste na cidade do século XIX, onde elas mantêm circulações do passado, cercam espaços mistos, constituem espaços próprios. Por outro lado, nem todo o privado é feminino. Na família, o poder principal continua a ser do pai, de direito e de fato. (PERROT, 1988, p.180)

Antigamente as mulheres não tinham acesso ao dinheiro a não ser quando faziam atividades comerciais: vendas em bancas ou cestos, lavando e passando roupas, cuidando de crianças ou entregando pão. Mesmo assim, elas ainda necessitam do salário do marido. Até o século XVIII, as mulheres não cuidavam do dinheiro, ou seja, elas ganhavam com seus trabalhos, mas era o homem que manuseava. A partir do século XIX, alguns operários começam a entregar boa parte de seus salários às mulheres. Elas fizeram protestos em desfile com seus filhos nas ruas alegando que os maridos não davam assistência devida que eles necessitavam. Nesse movimento, conseguiram fazer com que esse dinheiro fosse entregue a elas. Teve estabelecimento que semanalmente pagava o salário de seus operários a elas. A partir daí elas passam a atuar no orçamento pagando contas e fazer a feira. Nesse caso, a dona-de-casa conseguiu o “direito ao salário” do marido depois de muita luta.

Diante dessas informações, percebe-se que as mulheres francesas aos poucos começaram a lutar um pouco mais por seus direitos e conseguiram vivenciar os processos iniciais de emancipação. Além desse objetivo de atuação fora do lar, percebe-se a grande preocupação que elas têm para com outras pessoas inclusive quando se trata de crianças abandonadas, onde no lavadouro, local de trabalho e de conversa é o lugar onde elas arrumam “mães” para essas crianças necessitadas.

CAPÍTULO V

CAJAZEIRAS

5.1. A fundação de Cajazeiras

A conquista do litoral brasileiro foi bastante rápida se comparada ao grande interior do Brasil em consequência do interesse português em defender o monopólio da cobiça dos franceses. É o que nos mostra Afonso Arinos de Melo Franco em sua obra **Síntese da História Econômica do Brasil** citada por Vicente Tapajós:

Na defesa desesperada do monopólio, a metrópole defendia a unidade do litoral, em cuja extensa orla, de norte a sul existiam as florestas de pau brasil e as plantações de cana. Mas "*hinterland*" - o sertão, como chamamos aos grandes desertos do Oeste, aí, foram os caminhos lentos do gado, ao passo tardo e fecundo dos ruminantes que abriram as povoações, comunicaram brasileiros do Norte com os do Sul, vadearam os rios desvirginaram regiões desoladas e imensas. A bandeira do Brasil unido passou muita vez pelas rotas humildes dos rebanhos. (TAPAJÓS, 1960, p. 114)

A princípio, a colonização fez-se apenas na costa litorânea como já mencionada. Não deixavam, contudo, os povoadores de se meter pelo sertão, levados pela ambição que a metrópole sempre teve, pelos metais preciosos. Demonstra-nos Basílio de Magalhães na **Expansão Geográfica do Brasil Colonial**, também citada por Tapajós.

Era natural a ávida busca dos minérios raros. Preocupação geral da época, intensificada pelo achamento das riquezas que uma longa legião de rajás acumulara em suas capitânicas levantinas, explicava-o, no ocidente, a aparição dos tesouros metálicos que os espanhóis haviam encontrado nos vetustos reinos dos astecas e dos incas. Peru e Potosí eram nomes que andavam na boca de todos aventureiros europeus, encandecendo-lhes a mente. Sabia-se que aprofundando-se as terras interiores do Brasil, havia de dar-se com as minas opulentas da coroa de Castela. Por que não existirem tais divícias na possessão lusitana, que estava no mesmo continente, que prolongamento apenas do mesmo território? (TAPAJÓS, 1960, p. 123)

Concluída a luta pela expulsão dos holandeses do litoral partiram os portugueses para a conquista definitiva dos sertões nordestinos.

Segundo Wilson Seixas em **Casa da Torre e Bandeirantismo na Conquista do Sertão**, as terras do sertão paraibano continuavam em fins do século XVII, época em que a Paraíba integrava a capitania de Pernambuco, em boa parte despovoadas. Foi então que Teodósio de Oliveira Ledo recebeu a incumbência do governador da Paraíba para fundar o

arraial do Piancó. Com sua chegada ali, não demoraram os campos daquela rica região sertaneja a se povoar com rebanhos de gado.

As terras já eram de propriedade da Casa da Torre. O padre Heliodoro Pires primeiro historiador de Cajazeiras e primeiro biógrafo do padre Rolim, citando obra do Barão de Studart publicada na **Revista da Academia Cearense** (tomo VII ano 1912), afirma que a Casa da Torre era de propriedade de Francisco Dias D'Ávila sendo este senhor proprietário de imensas extensões de terras que iam da Bahia até parte da capitania de Pernambuco.

A posse das terras no período em que ocorre o início da povoação que deu origem a cidade de Cajazeiras, acontece por meio de sesmarias. Segundo Manoel Diegues Junior citado em Rosilda Cartaxo, **Estrada das Boiadas**. As sesmarias podem ser definidas como:

Sesmaria, grande propriedade, latifúndio, qualquer que seja a palavra usada, representava a concessão de terras para a implantação de uma atividade agrária ou pastoril o veículo pelo qual a terra foi ocupada, o meio de fixar o colonizador, de integrá-lo à terra, de desenvolver o povoamento. (CARTAXO, s.d. p. 41)

Cabia ao sesmeiro:

Indagar quem eram os senhores da terra, citando-os porque não a exploraram, se não dessem razões convincentes, determinavam o prazo de um ano para que trabalhassem o solo e o arrendassem a outro; se não obedecessem, seriam tomados-lhes os bens distribuindo-os entre lavradores que quisessem explorá-la no prazo de cinco anos. Isto porque a terra não era doada "para todo o sempre", mas o usufruto tão somente; se recebida a terra o beneficiário não a explorasse, seria tomada para nova distribuição e aplicada pena pecuniária; não seria dada terra, a pessoa que não tivesse tempo de aproveitá-la. (CARTAXO, s.d. p. 45)

O estudioso João Rolim da Cunha, afirma que o povoamento do extremo Oeste da província da Paraíba - Sousa, São João do Rio do Peixe e Cajazeiras - que Rosilda Cartaxo intitula de Ribeira do Rio do Peixe, teve origem em fins do século XVII, mais precisamente em 1691, com a chegada do sargento-mor Antonio José da Cunha. Segundo Otacílio Dantas Cartaxo e Julieta Pordeus Gadelha este obteve sesmaria de número 80 com uma légua de terras por três de largura incluindo-se aí "Planície do Rio do Peixe". Ao justificar a solicitação, o requerente alegou que estava na posse da terra faltando-lhe, contudo, documento hábil que justificasse o domínio; acrescentou ainda que a dita posse lhe custara muito sacrifício suor e sangue, em lutas travadas contra os índios Icós-Pequenos que se espriavam naquela localidade do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte e que a dita posse já durara dezessete anos.

A partir da segunda metade do século XVIII, o povoamento de Cajazeiras se iniciou com a chegada do alferes Francisco Gomes de Brito à região sertaneja do Rio do Peixe. Em 23 de novembro de 1754, esse desbravador adquiriu terras por sesmarias concedidas pelo governador da capitania Luis Antonio Lemos de Brito nas proximidades de uma lagoa que chamaram de São Francisco em sociedade com o sesmeiro José Rodrigues da Fonseca. Nessa localidade iniciara a criação do gado e uma agricultura de subsistência. (Cajazeiras: 199 anos depois. Publicação da Comissão Especial do Bicentenário do Padre Rolim. 22 de agosto de 1999)

Como se sabe a pecuária teve papel destacado na economia brasileira como também no Nordeste. Além do leite e seus derivados o couro cuja aceitação na indústria artesanal da época era utilizada na construção de móveis (cadeiras, selas, camas, armários, guarda-roupas, mesas), como também utilizado para confeccionar roupas e calçados, sua importância foi muito significativa. A carne era utilizada para o consumo das famílias e as sobras eram jogadas na caatinga.

Foi na Fazenda Lagoa que nasceu Vital de Sousa Rolim em 1761 tendo contraído núpcias com Anna Francisca de Albuquerque em 10 de fevereiro de 1795. Os proclamos do casamento ocorreram na matriz de Nossa Senhora dos Remédios do Jardim, hoje cidade de Sousa, enquanto que o casamento foi realizado no sítio Catolé, município de Cajazeiras.

Quando casada a senhora Anna Francisca de Albuquerque instalou-se no sítio Serrote próximo a residência de seus pais. Ali viveram cinco anos até Vital de Sousa Rolim mudar para o sítio que havia ganhado dos sogros como dote de casamento.

Depois de vinte anos Vital de Sousa Rolim conseguiu legitimar em documentos as terras que havia ganhado de seus sogros. Neste documento Luis Gomes de Albuquerque e Luísa Maria do Espírito Santo declarou:

[C]azamos a nossa filha Anna Francisca de Albuquerque com Vital de Sousa Rolim, muito a nosso contentamento e por ser a vontade de que estamos satisfeitos e lhe damos de dote dois escravos, Miguel e Isabel e das terras que possuímos nesse Riacho da Lagoa de São Francisco e suas ilhargas, lhe damos meia legua de terra, a qual meia legua tomará, onde tem a sua caça e corraes, pegando de uma ipueira que tem abaixo da casa, pelo riacho de Cajazeiras acima já onde completar a meia legua servindo o caminho que vae para São José de **estrema** no comprimento e largura, estremando com terras da Mattafresca e Lagoa das Lages. (LEITÃO, 2000, p. 28-29)

Com o passar dos anos Vital de Sousa Rolim conseguiu transformar o sítio em próspera fazenda. Próximo a Casa Grande, Vital Rolim partiu para a construção de um açude (o atual açude grande da cidade, reformado em 1915, ano de uma grande seca para garantir o

abastecimento d'gua da cidade). O açude grande é considerado por muitos como primordial para o desenvolvimento da cidade.

Foi na Casa Grande da Fazenda que Vital Rolim acompanhou dia-a-dia, a formação da sociedade que deu origem e os primeiros delineamentos urbanos da povoação, desde os dias difíceis da organização da fazenda ao estágio que conquistara como sede do distrito de Paz. Vital de Sousa Rolim sentia-se realizado ao verificar os frutos do seu trabalho, reverenciado e querido como chefe do clã que organizara nos primeiros anos do século XIX naquele distante recanto do sertão paraibano. Aliás, não há consenso quanto à origem da cidade entre os estudiosos de sua história. A nosso ver a melhor aversão que explica o surgimento da cidade encontramos-la em:

Francisco Sales Cartaxo Rolim no livro **Do bico de pena à urna eletrônica**, explica a origem de Cajazeiras e o seu crescimento em três vertentes, cuja separação é tão somente para efeito didático. A primeira vertente ele a chama de religiosa e educacional e afirma que sob orientação segura e respeitável do padre mestre Inácio de Sousa Rolim nascido em 22 de agosto de 1800 e falecido em 16 de setembro de 1899 e de vários professores que ajudaram na formação de quadros que demandavam o saber humanista com credencial principal para ingressar nas escolas superiores, sobretudo, nos seminários católicos e nas faculdades de direito. A segunda vertente a econômico-comercial sob a orientação do tenente Sabino de Sousa Coelho (1815-1907) que cuidava dos negócios de gado, do comércio, da construção civil, da agricultura e outras atividades, além de incursão em cargos políticos preferencialmente o mais importante deles o de delegado de polícia. A terceira vertente diz respeito à questão político-partidário e aí, sob a chefia do tenente Sabino, o comandante Vital de Sousa Rolim (1829-1915), se encarregava da política, desde quando Cajazeiras não passava de uma pequena povoação inserida no município de Sousa. Vital de Sousa Rolim exerceu os principais encargos públicos, além de fazer indicações para postos relevantes dividindo-os com filhos parentes e amigos de acordo com o sistema coronelístico de então vigente. (ROLIM, 2006, p. 68)

Durante todo século XIX, Cajazeiras esteve sobre o controle político de famílias que estiveram na gênese da cidade ou que alicerçaram seu poderio econômico, cultural, religioso e social desde sua origem. Registros históricos memorialistas e também a tradição oral fundamentam a afirmativa. Em fim do citado século, o desenvolvimento político e social do novel município já mostrava nítida influência do sistema coronelístico que na época vicejava e que se fortaleceu bastante em todo Brasil por ocasião da política dos governadores posta em prática no governo do presidente Campos Sales, e cujas características podem ser assim resumidas: articulação entre chefes locais e grandes chefes estaduais, e destes com o poder central, originando uma teia de compromissos através dos quais o poder público oferta cargo burocrático que por seu turno consolidam e ampliam o suporte do mando local. Este por sua vez assegura através do voto a manutenção das oligarquias estaduais. Assim, os coronéis municipais representavam as bases do domínio, quase sempre familiar, cujas bases,

engrossavam as oligarquias estaduais, que se perpetuavam no poder, através de simulacros reeleições feitas a bico de pena e consubstanciadas em atas falsas que eram produzidas pelo sistema. No município de Cajazeiras a figura de destaque da época, foi o comandante Vital de Souza Rolim que era neto do homônimo fundador de Cajazeiras. Vital Rolim (1829-1915) foi o chefe de maior expressão no Império e nos primórdios da República, tendo representado o ainda distrito de Cajazeiras, com assento na Câmara Municipal de Souza de tal sorte que, após a emancipação de Cajazeiras organizou o Partido Liberal, a facção de maior prestígio no período ora em estudo. O sucessor de Vital de Souza Rolim foi outro membro da família o coronel Sabino Gonçalves Rolim que predominou durante toda República Velha.

Enquanto a política fazia sua parte na luta pela emancipação política do pequeno povoado, o padre mestre Inácio de Souza Rolim através de sua escola fundada em 1829, melhorada em 1836, transformada em Colégio em 1843, tornava-se importante fonte de atração de pessoas e de famílias para Cajazeiras, numa época de poucas oportunidades de ensino e graves dificuldades de transporte e comunicação. (cf. LEITÃO, Deusdedit. O Educador dos Sertões Vida e Obra do Padre Inácio de Sousa Rolim. Teresina, 1991, p. 41).

Historiadores e curiosos divergem quanto a datas, ao papel real reservado à educação no processo de formação e desenvolvimento de Cajazeiras, contudo existe quase uma unanimidade acerca da importância que o colégio exerceu preparando quadros da elite sertaneja, tanto isso é verdade que para Cajazeiras convergiram estudantes do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e naturalmente da Paraíba. Todos buscavam o colégio à procura de conhecimentos que lhes abrissem portas e, sobretudo oportunidades para ingressarem nos seminários e cursos superiores, principalmente os jurídicos.

O Colégio de Cajazeiras antiga escolinha da serraria (1836) não funcionou de forma contínua em todo século XIX e também no século XX. Em algumas oportunidades em virtude de secas e epidemias ele cerrou suas portas por algum tempo. Frisa-se, porém, que durante o século XIX, muitos outros professores se incorporaram aos esforços do padre Rolim. E a contribuição do colégio ao desenvolvimento da então pequena povoação foi inegável e, principalmente, na preparação de quadros para a luta de emancipação política e principalmente para dirigir o novo município.

Há de se ressaltar ainda a visão educacional global que teve o Padre Rolim vez que já por volta de 1850 tinha ele a preocupação com a instrução feminina. Para tanto, enviou duas de suas sobrinhas para estudarem em Fortaleza – na Paraíba ainda não tinha o ensino para meninas – com o propósito de ao retornarem fundar uma escola destinada ao sexo feminino.

Segundo Deusdedit Leitão a 16 de agosto de 1858, o presidente Baurepaire Rohan concedeu a autorização à professora Vitória dos Santos Rolim de Albuquerque para instalar uma aula particular no ensino primário para meninas, fato esse que deu a Cajazeiras a primazia de ensino no magistério de primeira letras em toda Província. O colégio de Nossa Senhora das Neves, criado pela Lei nº 13, de 4 de novembro de 1858, surgiu quase três meses depois da escola de Cajazeiras, circunstância histórica que convalida a famosa frase do tribuno Alcides Carneiro quando firmou que “Cajazeiras ensinou a Paraíba a ler”.

A escola ficou na administração das irmãs Antonia e Vitória dos Santos Rolim de Albuquerque as quais ficaram lembradas por muitas de suas alunas com seus méritos de educadora. Outra mestra que se destacou foi Vitória Bezerra de Melo, que adotou por muito tempo um método de bater na cabeça das alunas com uma régua, já que na época era o tempo da palmatória.

Na escola formada pelo padre estudavam não só meninas de Cajazeiras, mas de outras cidades próximas. No relato de dona Teresa Nogueira, natural de São José de Piranhas, ela afirma que aprendeu na escola, Português, Aritmética, Geografia, Francês e Prendas Domésticas.

Diante dessas informações, percebe-se que a mulher cajazeirense teve tamanha importância no que diz respeito à educação já que elas lecionaram na escola criada pelo padre Inácio de Sousa Rolim, instituição essa dedicada ao sexo feminino.

Devemos lembrar por fim que em 1848, quando no povoado apenas brilhava o colégio, o padre Rolim estimulou a criação de uma feira semanal que teve papel afirmativo no pequeno núcleo urbano como centro comercial e, por esse meio, contribuindo para o assentamento das bases do seu crescimento.

Aliás, a feira semanal, ao tempo do Segundo Reinado, se constituía evento de grande importância. E claro que não se pode comparar a feira do século XIX com as que ocorrem hoje em pleno século XXI. Na época a feira era o centro dos negócios do gado, de produtos agrícolas, terras, escravos o que se possa imaginar, uma vez que inexistia comércio estabelecido nos pequenos núcleos urbanos de então. Sabe-se que as fazendas, na época abrigavam a família do proprietário, agregados, escravos, vaqueiros, agricultores e artesãos. As feiras eram ao mesmo tempo, unidades produtivas e unidades de consumo. Elas desempenhavam então um destacado papel social de encontro para os negócios, relações familiares, acertos matrimoniais, combinações de toda a sorte, inclusive as articulações políticas.

Do ponto de vista econômico, Cajazeiras no século XIX, registra o importante papel desempenhado pela cultura algodoeira e seu beneficiamento. Isto foi possível principalmente depois de 1850, em que por conta da Guerra Civil Americana o Norte promoveu um bloqueio marítimo aos sulistas e a Inglaterra foi obrigada a encontrar substitutos ao algodão da América do Norte. Assim, beneficiou-se o algodão produzido no Nordeste brasileiro. A produção do algodão e seu beneficiamento proporcionaram o grande crescimento econômico do interior do Nordeste contribuindo decisivamente para a implantação do transporte ferroviário do qual se beneficiou Cajazeiras com a implantação de um ramal da Rede Viação Cearense antes de findar o primeiro quartel do século XX.

5.2. Descrição da mulher na sociedade cajazeirense a partir de inventários

Sabemos que os testamentos e inventários são documentos distintos produzidos quando da morte de alguém de posses, porém, são incomuns já que ambos versam sobre os bens da pessoa e são registrados por leis específicas.

De acordo com Júnia Ferreira Furtado, o testamento é um documento produzido momentos que antecedem a morte (o que pode significar alguns instantes, horas, minutos ou anos) e nele fica registrado a última vontade do testador relativa ao que ele deseja que faça com seus bens. Já o inventário – é feito após a morte, também chamado *post-mortem*, e por ele os bens do falecido são distribuídos conforme as disposições legais e sua última vontade, no caso se houver testamento. É também um registro oficial do patrimônio deixado por pessoa falecida, do qual consta o tipo e o valor monetário dos bens acumulados ao longo da vida bem como a lista de créditos dívidas ativas e débitos dívidas passivas pendentes.

Testamentos são documentos mais concisos e curtos. Os inventários são volumosos e extensos.

Ao citar Blueteau, Júnia Ferreira Furtado afirma que o testamento trata-se de “uma declaração de última vontade e disposição de seus bens depois da morte lançada em papel por um tabelião em presença de testemunhas segundo as formalidades do Direito, que as leis ou costumes locais ordenam”, ou seja, para Blueteau trata-se de um direito particular.

Estudos feitos por Júnia Ferreira Furtado em “A morte como testemunho da vida”, nos inventários mais antigos aparecem anotações dos gastos realizados para garantir a “boa morte”, cercado por tradições e rituais (missa, vela, procissões etc).

No Novo Código Civil Brasileiro, segundo Júnia Ferreira, testamento é considerado “o ato irrevogável pelo qual alguém, de conformidade com a lei, dispõe, no todo ou em parte, do seu patrimônio para depois de sua morte” (FURTADO, 2009, p. 95).

O Código Brasileiro de 1916 definia que os menores de 16 anos; os loucos de todos os gêneros; os que, ao testar, não estivessem em seu perfeito juízo e os surdos-mudos que não puderem manifestar sua vontade estavam excluídos desse direito. O Novo Código Civil Brasileiro exige apenas que o testador tenha mais de 16 anos e veda esse direito somente aos incapazes e aos que, no ato de testar, não tiverem discernimento. (FURTADO, 2009, p. 97)

De acordo com Júnia Ferreira, no Brasil colonial, bens como roupas, móveis, jóias, objetos de uso pessoal, que na época possuíam muito valor (em Sabará, por exemplo, no início do século XVIII uma sela de cavalo valia o mesmo ou mais que uma casa), eram comumente incluídos nos testamentos.

Diante disso, percebe-se que a sela tinha tamanho valor em detrimento do cavalo ser o animal que sempre acompanhava o senhor servindo de transporte não só a ele como também de toda família patriarcal. Como dizia Freyre em **Nordeste**, sem o cavalo o homem era um ser incompleto.

Segundo Júnia Ferreira, os inventários privados são os mais raros de serem encontrados pelo historiador, pois a preservação de documentos de origem privada é errática e fortuita. Em se tratando do inventário judicial era obrigatório quando o falecido deixasse herdeiros menores de 25 anos.

Quando se fala em partilha estamos nos remetendo à divisão de todos os bens deixados pelo morto. Esses bens podem ser móveis ou imóveis, ou seja, bens que podem ser transportados sozinhos ou com o auxílio de outra pessoa e os que não podem ser conduzidos.

No que tange aos bens móveis, podemos citar o ouro e a prata e como bens semoventes destacam-se os animais e escravos. Num inventário, o total dos bens avaliados é chamado *monte-mor*.

Diante desse breve panorama, percebe-se que os inventários e os testamentos são fontes que podem conter informações ecléticas e segredos inesperados que incrementam o trabalho de pesquisa do historiador.

5.3. Participação das mulheres no município de Cajazeiras na segunda metade do século XIX

No presente texto pretende-se avaliar, através de inventários, a participação efetiva das mulheres da época. Nesse registro tenho como propósito averiguar de que maneira as mulheres atuavam na sociedade da época e como eram beneficiadas no que se refere aos bens que recebiam.

Nosso objetivo é analisar o real papel da mulher no processo de ocupação destas paragens, coisa que a historiografia local e estadual tem dedicado poucas páginas.

Em documentos pertencentes à justiça na 2ª Vara do Fórum Ferreira Júnior em Cajazeiras (sertão paraibano) foi feito um levantamento de inventários referentes ao século XIX. Neles constam que as mulheres herdavam bens moventes, semoventes e de raiz. Elas também aparecem como inventariantes e tutoras. E, mesmo quando menor de idade também eram herdeiras recebendo bens iguais aos demais.

Em fins do século XIX, eram poucos os que sabiam ler - principalmente as mulheres - por isso, era necessário um representante para tratar de seus “negócios”, pois na hora da partilha havia os avaliadores que em sua maioria omitiam os valores dos objetos, em detrimento da falta de conhecimento dos inventariantes.

O inventário, essa importante peça jurídica, foi sempre, em todos os tempos, decisivo para se fazer a justiça de então e, apaziguar os herdeiros de famílias de posses. É claro que nem todos aceitam pacificamente os ditames da lei. Muitos fingiam acatar a decisão judicial apenas na presença do magistrado. E, assim que deixavam a presença do juiz, começavam a maquinar meios para ficar com o maior quinhão possível ou até para se apoderarem das partes dos demais componentes do inventário.

O inconformismo e a ambição desmedidas eram mais presentes entre os herdeiros masculinos que se aproveitando da decantada “fragilidade feminina” pressionavam para ficar com mais bens. Quando as mulheres estavam casadas a ira e a ambição voltavam-se para os maridos ou companheiros, tidos e havidos muitas vezes como estranhos e usurpadores. Aliás, em termos de desavenças familiares, é sempre bom lembrar que, a partir da segunda metade do segundo quartel do século XIX e princípios do XX, havia muitas querelas familiares por heranças. Brigava-se e matava-se por um palmo a mais ou a menos de terra.

Os inventários até que diminuíam as brigas mais nem sempre. Isto porque refletindo a situação social da mulher que na época era de deslavada inferioridade, deixava essas sempre em condição inferior no momento da partilha. Assim é que enquanto aos homens era

destinado a maior área de terras e, dentre estas, as de melhor qualidade, - os baixios, por exemplo -, o maior número de cabeças de gado bovino, eqüino e muar (burros e mulas) quase sempre os de melhor qualidade racial. Às mulheres, os inventários contemplavam com as jóias da família - quando havia - crucifixos, par de argolas, par de brincos, anéis de pedras, colares e algumas escravas - já que a população escrava masculina quase sempre ficava com os herdeiros, - também eram inventariados para as mulheres toda a mobília doméstica: panelas, tachos, pratos, garfos, caixas, facas, mesas, jogos de malas, armários, oratórios com imagens dentre outros. Ou seja, esses bens herdados pelas mulheres mostram que na povoação de Cajazeiras, as mulheres não tinham outras atividades fora do lar ao não ser no roçado.

Em um inventário do ano de 1863 da inventariante - Maria do Óla da Conceição, viúva de Antônio Gomes da Silveira, ela aparece herdando dois jogos de malas, um machado, uma foice, duas cangalhas, cinco enxadas, três vacas paridas, três vacas solteiras, uma garrota, três novilhotes, quatro éguas novas solteiras, uma égua velha, três poltras de muda, um coelho grande e um pequeno, parte de terras no sítio Cascavel com uma casinha velha, uma parte de terras no Sítio Gravatá, uma égua parida, um clavinote. Quanto às herdeiras - apareceram cinco - sendo uma casada e as demais solteiras. Maria da Conceição - casada com José Ferreira de Albuquerque, herda bens como - vaca parida, sete braças de terras no sítio Redondo, uma quantia em dinheiro de 1\$600 e um poltro - totalizando 115\$985. Bernardina Maria de Jesus - solteira, herdou os seguintes bens - um par de argolas, um anelão, uma caixa, uma vaca parida, uma vaca solteira, um novilhote, uma poltra, parte de terras no sítio Cascavel - totalizando 115\$985. A herdeira Antônia - 13 anos - recebeu um anelão, um par de argolas pequeno, uma caixa, dois novilhotes, uma égua solteira, parte de terras no sítio Cascavel - num total de 115\$985. A herdeira Rita de 11 anos herdou - uma novilhota, uma égua parida, uma dita solteira e parte de terras no sítio Cascavel - num total de 115\$985. Ana, também solteira, herda - uma vaca parida, uma novilhota, uma égua parida, uma égua solteira, uma poltra e parte de terras no sítio Cascavel - num total 115\$985.

Diante do quadro acima descrito percebe-se que mesmo os bens sendo diferenciados, ao final, a soma correspondente destinados aos herdeiros era igual, sendo que a viúva recebe metade da herança inventariada sendo a outra parte subdividida com os herdeiros de acordo com as leis vigentes. Vale salientar que para existir essa meação era necessário o casamento ser em comunhão de bens.

Observando outros inventários, a partilha da mulher casada e com herdeiros, nota-se ser diferente das solteiras. Elas quando têm filhos, irão necessitar de bens diferenciados, por exemplo, herdavam vacas paridas, pois delas extraia-se o leite para ajudar na alimentação das

crianças assim também para os demais membros da família, como também podia ser utilizado para fabricação de queijos, e para a venda (ajudando no orçamento da casa). Elas também herdavam parte de terras com casas de taipa mesmo que deterioradas com plantações como: laranjeiras, coqueiros dentre outras árvores frutíferas. As enxadas surgiam em seus bens, pois como é sabido muitas mulheres além de exercerem o papel de mãe e cuidarem da casa tinham que labutar no roçado juntamente com seu conjugue já que na sociedade da época a mulher não tinha outro espaço fora do privado a não ser no roçado.

Como já mencionado, o gado eqüino e muar eram na partilha destinada mais aos homens vez que ele era utilizado no transporte de carga. Ressalte-se que estamos falando de um período anterior a existência do automóvel. A foice, o machado, a roçadeira, o cavador e o picarete ficavam com os herdeiros para os trabalhos na faina agrícola. A espingarda, o mosquetão, o bacamarte e o parabelum também eram destinados aos homens utilizados na caça e, sobretudo, na defesa da família e posses, numa época marcada por muita violência reinante na zona rural como afirma José Octávio em **Lutas e Resistência**.

As mulheres também herdavam algum gado, caprino e ovino, porém, percebe-se que as melhores cabeças e quantidade ficavam com os herdeiros já que o seu papel na família era cuidar da casa, do esposo e dos filhos. Ainda que tenham freqüentado por algum tempo se é que o fizeram, a escolinha para meninas que funcionou por algum tempo sob a direção das sobrinhas do padre Rolim. Nos inventários, algumas vezes foram contempladas com eqüinos e muares, se fossem apropriados para montaria feminina.

Percebe-se que quando a herdeira era menor de idade, recebia bens do tipo, par de argolas, par de brincos, peças de colar, anéis, caixas, vacas solteiras, novilhotas, terras e dinheiro. E o inventário levava em conta o fato dela não necessitar de imediato do usufruto dos bens devendo os mesmos serem administrados por seu representante legal.

É bom frisar mais uma vez que a participação das mulheres nos inventários era proporcional a posição que ela ocupava na época. Nunca é demais lembrar que elas pouco estudavam, já que esse era um direito quase que totalmente masculino, não tinham direito a votar etc. Os inventários refletiam os costumes e as tradições vigentes da época.

Algumas vezes os inventários levavam em conta o que constava em algum testamento deixado pelo falecido (a). Um exemplo, desse tipo, encontramos num inventário do ano de 1881, quando Antonia Jacinta de Jesus faleceu e deixou em testamento que após sua morte teria que alforriar a escrava Quitéria que havia ganhado de seus pais quando ela tinha aproximadamente 6 anos de idade. O inventariante – Antonio Lins de Albuquerque,

viúvo de Jacinta, vendeu a escrava por 400\$000. A escrava tinha 40 anos, era parda, cozinheira, solteira, matrícula nº 181 de 6 de julho de 1872 pronta para qualquer trabalho.

Nos inventários compulsados – num total de dez – observamos que o desenvolvimento econômico não foi tão grande como se poderia imaginar, talvez possamos afirmar que a concentração da riqueza fosse maior que em outros tempos ou que não tenhamos tido a sorte de cair em nossas mãos um inventário de um grande proprietário vez que na divisão das terras falava-se sempre em braças – 25 braças em quadro equivale a uma tarefa – e na minha avaliação a idéia do tamanho de uma propriedade seria melhor compreendida pela quantidade de tarefas e/ou hectares. Nos mesmos inventários não foram encontrados consideráveis somas de gado, apesar de ser a pecuária uma das principais fontes de riqueza do período estudado. O mesmo raciocínio vale para as peças de ouro e os escravos. A própria descrição dos imóveis (casas) nos mostra que a exceção da Casa Grande da fazenda as demais são descritas como casas de taipa muitas vezes em mau estado de conservação. A transcrição na íntegra de um dos inventários estudados demonstra o quadro econômico da época.

Nesse inventário do viúvo Francisco Antonio Barboza do ano de 1860, por exemplo, o de maior valor analisado não aparece terras nem ouro, mencionei-o por ser o de maior valor do total de dez, porém nos outros nove aparecem – terras, ouro, dentre os outros bens como foi citado anteriormente. Nessa partilha nota-se bens – eqüinos, bovinos, imagens, dotes e casas. Ou seja, em cada inventário analisado surgiam bens diferentes. Nas descrições desse inventário confirma o que foi dito anteriormente, bens mal avaliados, inventariantes e herdeiros que não sabiam ler, bens que surgem sem existir, dívidas etc.

INVENTÁRIO DO VIÚVO FRANCISCO ANTÔNIO BARBOZA DO ANO DE 1860				
QUANT.	BENS	VALOR DE CADA BEM	HERDEIRO/PARTILHA	OBSERVAÇÕES
1	Oratório com duas imagens	16\$000	Francisco Antonio Barboza - viúvo	Manoel Antonio Barboza não sabia ler
1	jogo	12\$000		Miguel Homero - administrador de seus filhos recebeu um dote de sua finada mulher 1 porta de ferro - que não existia
5	garrotes	3\$000 cada	a viúva empertou - 713\$870	4 cabras - não existia - 640\$000
1	cavalo muito velho capado	16\$000	1 oratório com duas imagens - 16\$000	
1	dito inteiro	50\$000	1 jogo de ----- - 12\$000	Neste inventario a partilha foi por igual
1	dito capado	50\$000	4 ----- - 12\$000	Os interessados alegam que as avaliações das casas não estavam corretas
5	vacas paridas	35\$000 cada	1 cavalo capado velho - 16\$000	
11	ditas solteiras	30\$000 cada	1 dito inteiro - 60\$000	Os filhos da herdeira falecida Anna também ganham dotes
2	novilhotas	18\$000 cada	2 vacas paridas - 70\$000	
1	garrota	10\$000	25 ovelhas - 25\$000	Acharam que repartida esta quantia toca a meação viúvo - 713\$870 em igual quantia
3	garrotes	10\$000 cada	3 carneiros - 3\$000	
50	ovelhas	1\$000	Dívida do major José Francisco de Sousa - 1\$000	Toca a cada um dos herdeiros - 812\$830
4	ovelhas	\$640	1 casa na povoação de Cajazeiras - 40\$000	Acharam que dividida essa quantia pelos bens toca a cada um - 260\$943
3	carneiros	1\$000	Tem mais para repor - 3\$130	Luzia - empertou - 713\$870
1	casa de taipa	400\$000		Havia dívida - ao Major José Francisco de Sousa - 1\$000
1	casa de taipa pequena	25\$000 - 30\$000		O inventariante declarou uma dívida de 100\$000
1	casa pequena de taipa	12\$000 - 20\$000	Recebeu um dote de 30\$000 - não existiu	Benedito Gomes - 10\$000 de bens
			1 vaca parida - 35\$000	O casal Francisco Gouveia - 11\$180 -
			1 poltra de segunda muda - 40\$000	O casal Manoel José Ignacio - 2\$000
			Não sabia escrever	O casal Antonio Francisco - 12\$000
			A mãe empertou - 270\$943	Acharam que as casas estavam mal avaliadas, pois a casa grande não valia tão alto valor

			1 dote - 60\$5000	Os garrotes foram avaliados por baixo valor
			1 garrotão - 3\$000	Somados os bens divide-se em 2 partes iguais - uma ao viúvo e a outra junte com os mais dotes e divide-se em tantas partes iguais, quanto os filhos da finada subdivida o da herdeira finada Anna para seus filhos
			1 cavalo capado - 50\$000	
			3 vacas solteiras - 90\$000	
			1 garrote - 12\$000	
			Dívida de José Luis - 11\$000	
			11 ovelhas 12\$000	
			Dívida de Antonio Francisco - 12\$000	
			1 casa no povoado de Cajazeiras - 30\$000	
			Haverá para repor - 9\$557	
			Ana Maria de Jesus - falecida	
			Seus bens vão para seus filhos - toca a cada 33\$867 sobrando para partir \$7	
			Antonio Gonçalves de Freitas - filho de Anna	
			1 dote da finada mãe - 2\$310	
			Dívida de Francisca Correia - 1\$557	
			1 vaca solteira - 30\$000	
			Mariana M^a da Conceição - filha de Anna casada com Antonio Ferreira da Silva	
			Mãe emportou - 33\$867	
			Meio dote - 2\$310	
			1 vaca parida - 30\$000	
			Deve Francisco Correia - 1\$557	
			Cosme José de Freitas - filho de Anna	
			Mãe emportou - 33\$867	
			Meio dote de sua mãe - 2\$310	

			Deve Francisco Correia - 1\$557	
			Joaquim Gonçalves - filho de Anna	
			Mãe emportou - 33\$867	
			Meio dote de sua mãe - 2\$310	
			1 vaca solteira - 30\$000	
			Dívida de Francisco Correia - 1\$557	
			José	
			Mãe emportou - 33\$867	
			Meio dote - 2\$310	
			1 vaca solteira - 30\$000	
			Dívida de Francisco Correia - 1\$557	
			Francisco - filho de Anna	
			Mãe emportou - 33\$867	
			Meio dote - 2\$310	
			1 vaca solteira - 30\$000	
			Dívida de Francisco Correia - 1\$557	
			Anna - filha de Anna	
			Mãe emportou - 33\$867	
			Meio dote - 2\$310	
			1 vaca - 30\$000	
			Dívida de Francisco Correia - 1\$557	
			Mariano	
			Mãe emportou - 33\$867	
			Meio dote - 2\$310	
			1 vaca solteira - 30\$000	
			Dívida de Francisco Correia - 1\$557	

			Josefa M^a da Conceição – falecida – sua representante é a filha - Gertrudes	
			Quantia - 270\$944	
			Meio dote de sua finada mãe - 19\$980	
			2 novilhotas - 33\$000	
			3 vacas paridas - 105\$000	
			1 garota - 12\$000	
			2 garotes - 24\$000	
			4 ovelhas – 2\$560	
			Dívida de Benito Alves - 10\$000	
			Dívida de Manoel José - 10\$000	
			Repõe o herdeiro Manoel Antonio - 8\$274	
			1 casa pequena na povoação de Cajazeiras deteriorada - 20\$000	
				Total da soma dos bens do inventário- 1\$427\$740

Esses inventários nos servem como base econômica para analisar a sociedade cajazeirense em fins do século XIX. Eles se comportam como sendo uma pequena radiografia dos limites e possibilidades de uma época, e como os dados falam por si só, um período marcado por mudanças e permanências, um tempo de distanciamento entre o olhar masculino e feminino, uma era de censuras e lutas por liberdades. Em outras palavras, esses inventários evidenciam que o papel da mulher cajazeirense da época não era diferente de suas contemporâneas. E assim como nos demais cenários suas funções estavam voltadas para cuidar da casa, dos filhos e em alguns casos trabalhar no roçado.

CONCLUSÃO

Levando em consideração as observações feitas e as análises construídas ao longo do estudo, podemos estabelecer um contato mais sólido com as mulheres de outrora, mulheres que se dividiam entre as atividades familiares e os sonhos de emancipação. Pensar na mulher em fins do século XIX é compreender um emaranhado de relações sociais em que seu papel esteve somente voltado para sustentar as ordens do marido. Uma mulher que se entregava aos afazeres domésticos e em cada cômodo da casa por ela administrado ficava sua marca. Elas foram tolhidas em todos seus sonhos e desejos de mais participação social e de maior liberdade. Todas as suas possibilidades de ser e de estar inseridas num formato de liberdades. Ser livre era um sonho, ser mulher, mãe, filha e esposa era o que sobrava dentro da linguagem situacional do século XIX. A mulher não teve como escrever sua própria história, o homem foi quem a construiu. Ao que parece a imagem da mulher se reflete nas expectativas que o homem tinha em relação a ela. Esperamos que esta pesquisa pudesse não somente preencher prateleiras de uma biblioteca, mas sirva como pontapé para outras observações e outras análises. Afinal, é século XXI é o tempo de mulheres morangos, melancias, melões e outras mais.

REFERÊNCIAS

- ALGRANTI, Leila Mezan. **D. JOÃO VI: os bastidores da Independência**. São Paulo: Ática 1987. 78 p.
- BORGES, Joana Vieira. Michelle Perrot: a grande mestra da História das Mulheres. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.11 n.2, jul./dez. 2003.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929 – 1989): a revolução francesa da historiografia**. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997. 154 p.
- CAMINHHA, Pero Vaz de. **Carta a El-Rei D. Manoel sobre o achamento do Brasil**. São Paulo: Martin Claret, 2002. p. 87-119.
- CARTAXO, Rosilda. **Estradas das Boiadas: roteiro para São João do Rio do Peixe**. João Pessoa, 1975. 246 p.
- CARTAXO, Rosilda. **Mulheres do Oeste**. [s. l.: s.n].
- CORDEIRO, Marcelo. A questão da mulher: 479 anos de opressão. In.: **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro, 3. ed.: Civilização Brasileira, 1979. p. 175-188.
- COSTA, Antonio Assis. **A(s) Cajazeiras que eu vi e onde vivi**. João Pessoa: Gráfica Progresso, 1986.
- COSTA, Maria Cristina Castilho. Karl Marx e a história da exploração do homem. In.: **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005. p. 110-136.
- CUNHA, João Rolim da. **Barra da Timbaúba**. João Pessoa. [s.d].
- CUNHA, João Rolim da. **Caminhos por onde andei**. João Pessoa: Universitária UFPB, 2006.
- DUARTE, Sebastião Moreira. **Padre Inácio Rolim ontem e hoje**. São Luis: Sotaque Norte, 2010.
- FREITAS, Marcos Cezar. História das mulheres: as vozes do silêncio. In.: DEL PRIORY, Mary (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 217-235.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Morte como testemunho de vida. In.: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (Org.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 93-115.
- GAZELI, Catarina Cecin. Inauguração dos direitos civis da mulher brasileira: Lei nº 4121 de 27 de agosto de 1962. In.: CAMPOS, Adriana Pereira (Org.). **Velhos temas, novas abordagens: História e Direito no Brasil**. Vitória: PPGHis, 2005. p.111-126.
- GOMES, Laurentino. Os brasis de D. João. In.: **1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. João a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. p. 69-81.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In.: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: n.1, 1988. p. 5-27.

KOSHIBA, Luís e PEREIRA, Denise Manzi Frayse. Do antigo sistema colonial à dominação britânica. In.: **História do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Atual, 1984. p. 109-118.

LE GOFF, Jacques. História. In.: **História e Memória**. 5. ed. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2003. p. 17-171.

LEITÃO, Deusdedit. **O educador dos sertões**. Teresina: Gráfica Estado do Piauí Editora, 1991.

LEITÃO, Deusdedit. **Vida e obra do Padre Rolim**. Brasília: Senado Federal, 2000.

MELLO, José Octávio de Arruda. **A Paraíba, das origens da urbanização (séculos XVI/XIX – Textos Básicos)**. [s. l.: s.n].

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. João Pessoa: União, 1994. 268 p.

MISKOLEI, Richard. O vértice do triângulo: *Dom Casmurro* e as relações de gênero e sexualidade no fim-de-siècle brasileiro. In.: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 17, n.2., mai/ago. 2009.

MOISES, Alzenira Francisca de Azevedo. **O Colégio Pedro II: controvérsias acerca de sua fundação**. Maringá, 2007.173 f. (Mestrado em Fundamentos da Educação). – Universidade Estadual de Maringá.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In.: **História (São Paulo)**. Franca, v.24, n.1, 2005.

PERROT, Michelle. Mulheres. In: **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Trad. Denise Bottmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 165-232.

PIRES, Heliodoro de Sousa. **Padre mestre Inácio Rolim**. Teresina: Gráfica Estado do Piauí, 1990.

PIRES, Heliodoro. **Padre mestre Inácio Rolim: um trecho da colonização do Norte brasileiro e o Padre Inácio Rolim**. 2. ed. Teresina: Gráfica Estado do Piauí, 1991. 122 p.

PRIORE, Mary Del e Bassanezi Carla (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007. 678 p.

Publicação da Comissão do Bicentenário do Padre Rolim. CAJAZEIRAS: 1999 anos depois. Cajazeiras, ago. 1999.

QUINTAS, Maria de Fátima de Andrade. Dualismo de papéis da mulher moderna e a nova imagem feminina criada pela telenovela brasileira. In.: **Ciência & trópico**. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas sociais, v.1, 1973. p.137-152.

- RACHEL, Soihet. História das mulheres. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 398-428.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia disciplinar. Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: 2. ed. Paz e Terra, 1985.
- REIS, José Carlos. **Escola dos Annales – a inovação em história**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 200 p.
- REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- REIS, José Carlos. Anos 1850: VARNHAGEN o elogio da colonização portuguesa. In.: **As identidades do Brasil: de Varnhagen à FHC**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 23-50.
- ROLIM, Francisco Cartaxo. **Do bico de pena à urna eletrônica**. Recife: Bagaço, 2006. 368p.
- ROLIM, Lúcia. **Cajazeirenses e cajazeirados**. João Pessoa: A União, 1999.
- ROLIM, Lúcia. **Padre Inácio de Sousa Rolim: o Anchieta do Nordeste**. Cajazeiras: Ideal, 2000.
- SAGA: A luta pelo poder. In.: **A grande história do Brasil**. São Paulo: Abril Cultural, 1981. p. 95-176.
- SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In.: LE GOFF, Jacque (Org.). **A História Nova**. Trad. Eduardo Brandão. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 352-392.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: EDUSP, 1992. p. 40-62.
- SILVA, Francisco de Assis e BASTOS, Pedro Ivo de Assis. Formação econômica da colônia: sistema colonial. In.: **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1976. p. 36-44
- SILVA, Wlamir. 'Amáveis patricias': o mentor das brasileiras e a construção da identidade da mulher liberal na província de Minas Gerais (1829-1832). In.: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.28, n.55, jan./jun. 2008.
- SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. Trad. de Raul Fiker. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 356 p.
- SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo v.27, n.54, dez. 2007.
- SOUZA, Antonio José de. **Cajazeiras nas crônicas de um mestre-escola**. João Pessoa: Universtária UFPB, 1981.
- WEBER, Gilka Buriel. Em torno do assunto mulher trópico. In.: **Ciência & Trópico**. Recife, v. 10, 1982. p. 69-82.